



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Ata nº05/2022

Aos vinte e um dias de mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, reuniu, em reunião ordinária, a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural de Chaves pelas nove horas, com a seguinte ordem de trabalhos-----

PONTO 1 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 28 DE SETEMBRO DE 2022; -----

PONTO 2 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA; -----

PONTO 3 - TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE AS QUEBRAS NA PRODUÇÃO DE CASTANHAS NO CONCELHO DE CHAVES; -----

PONTO 4 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SECRETÁRIO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA E BARROSO RELATIVA ÀS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ANO DE 2022; -----

PONTO 5 – AUDITOR EXTERNO/EMIÇÃO DE RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – 1º SEMESTRE DE 2022. INFORMAÇÃO Nº37/DGF/2022; -----

PONTO 6 – APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS 2023, ENQUADRADAS NUM PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL (2023-2027). APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, AO ABRIGO DA LEI Nº 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO, ALTERADA PELA LEI Nº 35/2014, DE 20 DE JUNHO. PROPOSTA Nº 117/GAP/2022; -----

PONTO 7 – DEFINIÇÃO DA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A LIQUIDAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2023. PROPOSTA Nº 104/GAP/2022; --

PONTO 8 - FIXAÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL DE “DERRAMA” REFERENTE A 2022 E A COBRAR EM 2023. PROPOSTA Nº 103/GAP/2022; -----

PONTO 9 - CRIAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), PARA O ANO DE 2023. PROPOSTA Nº 105/GAP/2022; -----

PONTO 10 - PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DE TARIFÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS PARA O ANO DE 2023; -----

PONTO 11 - PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2023 DA EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, E.I.M, S.A. INFORMAÇÃO Nº 38/DGF/2022; -----

PONTO 12 - RELATÓRIOS TRIMESTRAIS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (1º E 2º T 2022) E INFORMAÇÃO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA A 30 DE JUNHO DE 2022 DA EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, E.I.M, S.A. INFORMAÇÃO Nº 35/DGF/2022; -----

PONTO 13 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA INTERMUNICIPAL ENTRE OS MUNICÍPIOS DO ALTO TÂMEGA (ACIONISTAS) E A EHATB-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

EMPREENHIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A - ANO 2022. PROPOSTA N.º 134/GAPV/2022; -----

PONTO 14 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A EHATB-EMPREENHIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A. – ANO 2022. PROPOSTA N.º 135/GAPV/2022; -----

PONTO 15 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES 2022 – ATUALIZAÇÃO DO ANEXO I. PROPOSTA N.º 125/GAPV/2022; -----

PONTO 16 - PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS PMDFCI – APROVAÇÃO. INFORMAÇÃO-054/GTF/2022; -----

PONTO 17 - DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE 1 CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL. PROPOSTA N.º 124/GAPV/2022; -----

PONTO 18 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE. PROPOSTA Nº 101/GAPV/2022; -----

PONTO 19 – ANÁLISE DO 8.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “REABILITAÇÃO DO HOTEL PREMIUM CHAVES – AQUAE FLAVIAE” CLASSIFICADO COMO PIM - INFORMAÇÃO Nº 37/DDE/2022 DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA DE 25.11.2022; -----

PONTO 20 - JUNTA DE FREGUESIA DE ERVEDEDO, NA EM507-1, JUNTO AO LAR DE SÃO TIAGO, - NA LOCALIDADE DE COUTO DE ERVEDEDO, FREGUESIA DE ERVEDEDO – PROCESSO Nº 871/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 610/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 18/10/2022; -----

PONTO 21 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, – NUM CRUZAMENTO ENTRE A RUA DO OUTEIRO E A ESTRADA MUNICIPAL 507, – FREGUESIA DE BUSTELO - PROCESSO Nº 792/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 521/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ARQUITETO TIAGO LOPES, DATADA DE 09/09/2022; -----

PONTO 22 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, A PEDIDO DO SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA VILARELHO DA RAIA – NUM CRUZAMENTO COM A RUA DO BAIRRO DO CAMPO (RUA CENTRAL), – FREGUESIA DE VILARELHO DA RAIA - PROCESSO Nº 777/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 525/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 12/09/2022; -----

PONTO 23 – SOLICITA A COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO DE FORMA A IMPEDIR A CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS, NA AVENIDA DOS ALIADOS E NO TERREIRO DE CAVALARIA (JARDIM DO BACALHAU) – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 865/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 541/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 15/09/2022; -----

PONTO 24 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE FAIÕES – EM TRÊS CRUZAMENTOS DE VIAS SECUNDÁRIAS COM A EN 103-5 – FREGUESIA DE FAIÕES - PROCESSO Nº 809/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 562/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 22/09/2022; -----

PONTO 25 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, – NA POVOAÇÃO DE SÃO VICENTE DA RAIA – FREGUESIA DE SÃO VICENTE DA RAIA - PROCESSO Nº 807/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 566/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 26/09/2022; -----

PONTO 26 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, – A PEDIDO DOS MORADORES DA RUA DO GIRASSOL, - NA RUA DO GIRASSOL, – EM SANTA CRUZ/TRINDADE, - FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - PROCESSO Nº 884/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 607/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 18/09/2022; -----

PONTO 27 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, - NA ESTRADA DE LIGAÇÃO ENTRE SANJURGE (RUA CENTRAL) E SOUTELO (RUA DOS OUTEIRINHOS), – FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - PROCESSO Nº 899/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 615/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 20/10/2022; -----

PONTO 28 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, - A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - NA ESTRADA DE LIGAÇÃO ENTRE SANJURGE (RUA CENTRAL) E SOUTELO (RUA DOS OUTEIRINHOS), – FREGUESIA DE SANTA CRUZ TRINDADE E SANJURGE - PROCESSO Nº 952/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 641/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 27/10/2022; -----

PONTO 29 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, – NA RUA DO TERREIRO DE CAVALARIA, A PEDIDO DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 989/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 646/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 04/11/2022; -----

PONTO 30 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, – NA AVENIDA DOS ALIADOS, A PEDIDO DA EMPRESA TRISERVICE – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS, COMO REPRESENTANTE DO CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO BOEGA, – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 1017/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 647/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 04/11/2022; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

PONTO 31 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, – NA RUA DR. JOÃO MORAIS, – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 1069/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 675/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 10/11/2022; -----

PONTO 32 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO PARA CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO AUTOMÓVEL, – NOS ACESSOS AO JARDIM PÚBLICO, – FREGUESIA DA MADALENA E SAMAIÕES - PROCESSO Nº 1068/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 678/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 10/11/2022; -----

PONTO 33 - SOLICITA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO, – NA AVENIDA 1º DE MAIO, NA POVOAÇÃO DE LOIVOS, – FREGUESIA DE LOIVOS E PÓVOA DE AGRAÇÕES - PROCESSO Nº 802/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 548/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 16/09/2022; -----

PONTO 34 - SOLICITA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO, – NA EM 311, NA POVOAÇÃO DE LOIVOS E NA EM 311 NA POVOAÇÃO DE SEIXO – FREGUESIA DE LOIVOS E PÓVOA DE AGRAÇÕES - PROCESSO Nº 864/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 549/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 19/09/2022; -----

PONTO 35 - SOLICITA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO, – NA RUA DO TELHADO, – NA FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 833/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 584/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 29/09/2022; -----

PONTO 36 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE RAILS E SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, - NA EM535, – EM SOUTELO E SEARA VELHA, FREGUESIA DE SOUTELO E SEARA VELHA - PROCESSO Nº 901/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 616/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 20/10/2022; -----

PONTO 37 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE LOMBA REDUTORA DE VELOCIDADE, - A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM - NA POVOAÇÃO DE AGOSTÉM, – FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM - PROCESSO Nº 918/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 639/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 27/10/2022; -----

PONTO 38 - SOLICITA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA VIÁRIA, – NO CAMINHO MUNICIPAL CM1062, QUE LIG A POVOAÇÃO DE CASAS DE MONFORTE À EN103, – FREGUESIA DE ÁGUAS FRIAS - PROCESSO Nº 834/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 579/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 28/09/2022; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

PONTO 39 - SOLICITA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA VIÁRIA, – A PEDIDO DO SR. RICARDO JOSE BORGES FERNANDES ALVES, NO CRUZAMENTO ENTRE A EM507 E A VIA DE ACESSO À POVOAÇÃO DE BUSTELO (EM507-2), – FREGUESIA DE BUSTELO E FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - PROCESSO Nº 861/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 585/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 29/09/2022; -----

PONTO 40 - SOLICITA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA VIÁRIA, – NO CAMINHO MUNICIPAL CM1062, NA ZONA A SUL DA POVOAÇÃO DE PARADELA, – FREGUESIA DE PARADELA - PROCESSO Nº 828/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 580/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 28/09/2022; -----

PONTO 41 - SOLICITA MARCAÇÃO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PARA PESSOA COM MOBILIDADE CONDICIONADA, A PEDIDO DE MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES PEREIRA CABRAL FERREIRA, – NA ZONA ADJACENTE AO EDIFÍCIO GRUPO DESPORTIVO DE CHAVES, NA AVENIDA DO ESTÁDIO, – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 903/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 642/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 02/11/2022. -----

Presidiu a esta reunião da Assembleia Municipal de Chaves, **Altamiro da Ressurreição Claro**. -----

Dos setenta e nove membros que constituem a Assembleia estiveram presentes os seguintes: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, António Manuel Pires de Almeida, Luíz Mário Alves Carneiro, Cristina Maria Inocêncio Imaginário, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Sónia Cristina Adães Ferreira, Manuel Guerra Afonso, José Francisco de Resendes Carreira, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Fernando Miguel Borges Valpaços, Clara Maria Pinto Dias Lopes, Nuno Artur Esteves Ferreira, Francisco António Pinho Peixeiro, Ricardo Vassal Coutinho e José Carlos Carvalho Fernandes. -----

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, Francisco António Taveira Ferreira, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, José Pimentel Sarmento, António José dos Santos, André Fontoura Faria, Olga Machado Gonçalves Ferreira, Carlos Guilherme de Melo Gouveia, João Luís Gonçalves Rodrigues, Maria José Alves Portela e Anabela Maria Neves Martins. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Diamantino Francisco Maia Silva. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Vítor Carlos Teixeira Pimentel, Daisy Machado Lameira e Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa-----

Pelo Grupo Municipal do CH - CHEGA: Vítor José Gomes. -----

Pelo Grupo Municipal do BE: Marcelo Leandro Araújo Pires Rodrigues. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, de Anelhe - Arlindo Santos Costa, de Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis, de Cimo de Vila da Castanheira - Lúcia Maria Chaves Silva, de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Hélder



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Leão de Castro Lopo, de Ervededo – André Lourenço da Silveira, de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, da União das Freguesias da Madalena e Samaiões - João Manuel Almeida Pinto, de Mairos - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras – António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia, de Oura – António Eusébio Vieira Cardoso, de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, de Paradela de Monforte – Gilberto Santos de Jesus, de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, de Sanfins da Castanheira – Sara Cristina Trinta Morais, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, de Santa Leocádia – João Manuel Teixeira Pereira Borges, de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, de Santo Estevão – Maria José Sena Barros Pereira, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, de São Vicente da Raia - Mário José dos Anjos, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, da União das Freguesias de Travancas e Roriz – Antero Luís Ginja, de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro, de Vale de Anta – Júlio Manuel Abambres Carneiro, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paranhos) - Rui Manuel Branco Rodrigues, de Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, de Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus Pereira, de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota. -----

Registaram-se os seguintes pedidos de substituição de Deputados da Assembleia Municipal: Michele Alexandra Rodrigues da Costa, pelo PSD, Joana Maria Machado Borges, pelo PS, Milena Sofia Vieira de Melo, pelo PSD, Paulo Alexandre Gomes da Cunha, pelo PSD, Pedro Miguel Vieira Miranda, pelo PSD, Helena Cristina Gonçalves Santos, pelo CDS-PP, Domingos de Moura Alves, pelo PS, Maria Adalgisa Portugal Ferreira da Silva Babo, pelo PS, Manuel Justino Matos Cunha, da CDU, Abílio do Nascimento Ramos, pelo PS e António Jorge de Sousa Pinto de Barros, pelo PS. -----

Registaram-se os seguintes pedidos de renúncia de mandato de Deputados da Assembleia Municipal: -----

Tiago José Mata Morais Caldas, pelo PS, Gonçalo André Nascimento Alves, pelo CDS-PP e Maria Natália Carneiro Silva Costa Comes, da CDU. -----

Faltou à reunião o seguinte Deputado Municipal: Gilberto Gomes Alves, pelo PSD. -----

Pelo Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, foi declarada aberta a reunião, quando eram nove horas e dez minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a Ordem do Dia previamente elaborada. -----

No uso da palavra o Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse: -----
Bom dia a todos, começo por efetuar algumas saudações muito especiais, desde logo ao Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, à senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados Municipais, senhoras e senhores Presidentes de Junta, senhoras e senhores presentes nesta sala, comunicação social que, eventualmente, esteja na sala, vamos dar início a esta reunião da Assembleia Municipal, a última do ano. Vamos entrar no Período Antes da Ordem do Dia, começando por dar conhecimento a esta Assembleia do expediente que deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal, passo a palavra ao 1º Secretário da Mesa, Professor Anselmo Martins. -----

No uso da palavra o 1º Secretário da Mesa, **Anselmo José Martins**, disse: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Muito bom dia a todos, corroboro as saudações que foram feitas aqui pelo senhor Presidente da Mesa. Passo à leitura do expediente, dos convites, dos pedidos de substituições e dos pedidos de renúncia de mandato que entraram no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal até à presente data. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

De seguida, entrou-se no Período Antes da Ordem do Dia, tendo o Presidente da Mesa, dado conhecimento da entrada na Mesa de uma Proposta de um Voto de Pesar pelo falecimento do senhor João Carlos Alves Neves, subscrito pelo Grupo Municipal do PPD/PSD. -----

Grupo Municipal do PSD - “Voto de Pesar pelo falecimento de João Carlos Alves Neves”, lido pelo Deputado Municipal Nelson Paulo Gonçalves Montalvão que abaixo se transcreve: -----

“**VOTO DE PESAR:** -----

Falecimento de: -----

João Carlos Alves Neves (09 de julho de 1943 – 11 de dezembro de 2022) -----

A Assembleia Municipal de Chaves reunida em sessão ordinária manifesta profundo sentimento de pesar, pelo falecimento da reconhecida figura do concelho de Chaves João Carlos Alves Neves, de 79 anos de idade, falecido no pretérito dia 11 do corrente mês, em Chaves.-----

Natural da Freguesia de Vilar de Nantes, onde foi Presidente da Junta de Freguesia, João Neves desempenhou, ao longo da sua vida, diversos e múltiplos cargos e serviços de natureza pública e de relevante interesse na comunidade da nossa terra. -----

João Neves foi Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, durante 12 anos e vereador da Câmara Municipal de Chaves nos mandatos 2013-2017 e 2017-2021. Foi, durante vários mandatos, membro desta Assembleia Municipal. -----

O João Neves foi um militante distinto e ativo do PSD, quer da Secção de Chaves, quer do partido a nível Distrital. -----

Todos nós em geral como amigos, conhecidos ou simplesmente como cidadãos, perdemos um bom ser humano, uma pessoa amiga, simples e solidária. -----

Porque as pessoas só morrem quando nos esquecemos delas, desejamos perpetuar a sua memória, mostrar-lhe enaltecimento público e reconhecida gratidão, associando a este sentido voto de pesar uma singela, mas justa homenagem, a esta personalidade da sociedade flaviense, a qual reconhecidamente marcou pela frontalidade e singularidade da sua atuação.-----

João Neves, Descanse em Paz! -----

À sua família, aos seus amigos, a todos quantos o conheceram e estimaram, a Assembleia Municipal de Chaves expressa profundas e sentidas condolências. -----

Pela memória de que é merecedor, o Grupo Municipal do PSD, em seu reconhecimento, pede a esta digníssima Assembleia que faça um minuto de silêncio. -----

**NOTA: -----*

Caso o presente voto de pesar seja aprovado, o mesmo deverá ser remetido, em nome da Assembleia Municipal de Chaves e pelos respetivos serviços de apoio, à enlutada família.-----

Assembleia Municipal de Chaves, em 21 de dezembro de 2022.” -----

Colocado à votação, o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade. -----

Ainda, neste período de Antes da Ordem do Dia, registaram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, pelo PSD, que no uso da palavra disse:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Muito bom dia, cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal, todos os Deputados Municipais, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, todos os funcionários aqui presentes. Vou fazer três notas breves senhor Presidente: -----

A primeira nota, para me congratular com o reposicionamento do púlpito, aqui, mais junto da oposição, o que revela a intenção de dar mais ouvidos, porventura, aqui a este setor da Assembleia, agradeço o gesto muito obrigado. -----

- Segunda nota, para dizer que vamos entrar num ano com perspetivas boas e más. As perspetivas boas, quanto a mim, são a notícia recente de que nos aproximamos de uma revolução energética, há muito estudada e ambicionada que é a fusão nuclear. Se isso for verdade, no curto prazo, é talvez das coisas mais importantes para a paz mundial, para o desenvolvimento harmonioso dos povos de todo o mundo e, portanto, deposito grande confiança em que a fusão nuclear, possa dar um contributo muito importante para um apaziguamento e um desenvolvimento que todos nós desejamos para o mundo em geral, para a Europa, mas, também, para Portugal. -----

- A terceira nota, senhor Presidente, tem a ver com o Plano Ferroviário Nacional que foi apresentado há cerca de um mês no Laboratório Nacional de Engenharia Civil em Lisboa com a presença do Senhor Primeiro-ministro e do senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação. -----

- Para quem está atento a estas matérias, perceberá que não se trata, efetivamente, de um plano, trata-se de um conjunto de ideias, algumas já antigas, outras novas, mas é um instrumento que não tem análise técnica, económica, de proposta alternativa, de custo benefício face a questões ambientais e da viabilidade de execução. Nem tem um cronograma, nem tem uma estimativa de custos. Aliás, ao contrário do que tinha sido feito um ano antes também por este Governo ou pelo Governo anterior, justamente que se chamava Ferrovia 2030, ao menos essa Ferrovia tinha uma data e este nem data tem. Também no Plano anterior apontava-se 1500 (mil e quinhentos) milhões de euros para a execução desse Plano que um ano depois foi substituído por este. No que diz respeito aqui à Região de Trás-os-Montes, todos sabemos que a Cidade de Chaves não é contemplada. É contemplada a Cidade de Bragança, aliás, um dos objetivos do Plano é reforçar a capacidade ferroviária nacional em termos de movimento de passageiros e de mercadorias e todas as Capitais de Distrito terem ligação ferroviária. Esta ligação de Vila Real/Bragança é uma linha nova, não sei se têm noção de que é complicado fazer uma linha nova, ou seja, é sempre mais fácil procurar as linhas já existentes, ainda que abandonadas, porque elas, no fundo, foram muito bem estudadas, há muitos anos e representam, desde logo, um mínimo de custos. Portanto, ligar Vila Real a Bragança, para quem conhece o terreno por montes e vales, criar uma linha nova será difícil de concretizar. -----

- As referências que são feitas a Chaves, e passo a citar aqui um ou dois parágrafos, o documento refere que o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território que foi aprovado, há uns tempos, na Assembleia da República, mas que praticamente passou ao lado de qualquer discussão importante sobre a matéria, identifica Chaves como um Centro Regional Urbano ou Urbano Regional que é uma coisa que obviamente todos nós conhecemos e sabemos, diz que a Cidade de Chaves é aquela para a qual se revela mais difícil a ligação à rede Ferroviária Nacional. Por um lado, o desvio do traçado da nova linha em direção a Chaves no trajeto entre Vila Real e Bragança inviabilizaria, provavelmente, os tempos de viagem considerados, além de tornar a linha muito mais dispendiosa, tendo em conta a orografia. Não sei porque é que a orografia é difícil para ligar a Chaves e não é difícil para ligar a Bragança? Por outro lado, a alternativa de reabertura integral de linha do Corgo também não permitiria tempos de viagem competitivos com a Rodovia. Em todo o caso, considera-se que a reabertura pelo menos parcial da linha do Corgo não deve ser descartada. Esta linha poderia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

cumprir funções de transporte local entre Vila Real e a Régua fazendo o fecho da malha entre a nova linha e a linha do Douro. A linha do Corgo pode também ser um potencial turístico relevante, ou seja, perdoem-me a franqueza, mas a experiência diz-me que, podemos às vezes pensar que Chaves estava a ser preterida em favor de Bragança, podíamos ter inveja de Bragança estar contemplada. Eu acho que não temos razões para isso, e não temos razões pelos piores motivos, é que eu também não acredito que esta linha a Bragança venha alguma vez a ser feita e, portanto, o mapa que nós vamos ter até ao fim deste século, pelo menos, é a totalidade de Trás-os-Montes sem linhas ferroviárias, daí, até, eu perceber que não me chegou aos ouvidos qualquer reação especial da Câmara de Chaves ou de outras Câmaras de Trás-os-Montes. Porque, eu acho que, no fundo, os senhores Presidentes como responsáveis e conhecedores que são, também não acreditam neste Plano. É um Plano para não realizar, é para realizar na alta velocidade nos Centros Urbanos, nas Áreas Metropolitanas, algumas ligações a Espanha, mas Trás-os-Montes, podem ter a certeza, que durante muitos e maus anos ficará sem linha ferroviária. O que eu apelo aqui, é claro que isto poderá mudar se houver outra realidade, digamos de ferrovia pesada, outro tipo de soluções tecnológicas que até podem ser induzidas justamente por uma nova realidade elétrica que venha da fusão nuclear. Mas eu não estou a ver sinceramente que no atual quadro isto seja uma realidade, pese embora, o Livro Branco do Ambiente da União Europeia, reforçar a necessidade da aposta do modo ferroviário e no modo de cabotagem marítima, transporte fluvial de curta distância, como os meios de transportes excelentes indicados para o combate aos efeitos do ambiente e aos custos de energia. Não serve de consolação para aquilo que desejaríamos e merecíamos, uma verdadeira regionalização de competências em muitas áreas para voltar a pôr, devidamente, pela sua importância histórica, também o mapa de Trás-os-Montes em cima da mesa. Muito obrigado senhor Presidente, era só. -----

No uso da palavra o Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse: -----
Senhor Deputado, sobre a colocação do púlpito, peço que não me comprometa, porque, de facto, está desse lado por minha indicação, no intuito de o retirar do meio. O púlpito deve estar à direita da Mesa, justificação para a sua colocação nesse lugar. De qualquer forma, este é um pequeno aparte, “para quebrar o gelo...”, como se costuma dizer. É uma pequena nota para nos distrairmos um pouco, mas, de facto, está melhor nesse lugar, pelo menos não tapa a visibilidade ao senhor Presidente da Câmara, permitindo a visão geral da sala. Foi uma decisão da Mesa. Muito obrigado. -----

Cristina Maria Inocêncio Imaginário, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----
Muito bom dia, Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimento a senhora Secretária, cumprimento o senhor Secretário, cumprimento o senhor Presidente da Câmara Municipal, cumprimento a senhora Vereadora, cumprimento os senhores Vereadores, cumprimento todos os Deputados desta Assembleia Municipal, cumprimento todos os Presidentes de Junta de Freguesia, a comunicação social aqui presente, os funcionários de apoio a esta Assembleia e os demais presentes, cumprimento também o público aqui presente. -----
O tema da minha intervenção de hoje, tem a ver com a Saúde na Unidade Hospitalar de Chaves: -----
Exmos. senhores.... -----

“Convido todos os presentes a fazermos uma breve reflexão e um recurso à memória de médio/curto prazo, no sentido de reconhecermos o que foi feito nesta unidade no âmbito da saúde pelo Partido Socialista desde 2016 até à presente data. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Contudo, não poderemos esquecer todos os esforços encetados pelo Senhor Presidente, Nuno Vaz, em prol da defesa, da garantia e da melhoria dos cuidados de saúde prestados aos Flavienses em particular e à população do Alto Tâmega em geral. Destaco que, nesta área, as autarquias não possuem qualquer competência, mas mesmo assim o Senhor Presidente, nunca desistiu de lutar pela garantia de uma saúde de qualidade para com os seus concidadãos. -----
Permitam-me dizer, que todos estes benefícios decorrem do compromisso do senhor Presidente e de uma aposta conjunta com o governo liderado pelo Partido Socialista que tiveram um olhar cirúrgico sobre os cuidados de saúde nesta região. -----
Ao longo deste período podemos constatar que na Unidade Hospitalar de Chaves ocorreu: -----

- Reforço ao nível dos recursos humanos, embora não tanto como o que todos desejaríamos. -----
- Reforço na aquisição de equipamentos para meios de diagnóstico; -----
- Reforço na requalificação de serviços e do edificado; -----
- Reforço na implementação de valências médicas inexistentes. -----

Quanto à requalificação e criação de serviço destaco: -----

- Requalificação e beneficiação do bloco operatório, obra concluída e em pleno funcionamento. Alguns dos presentes consideravam que iríamos perder este serviço, pois bem, temos um serviço requalificado e em funcionamento; -----
- Para o mesmo serviço, Bloco operatório, procedeu-se à aquisição de um Intensificador de imagem, o qual está em fase de entrega; -----
- Requalificação do Serviço de internamento de Pediatria; -----
- Criação do Hospital de Dia de Hemato-oncologia. -----
- Reabertura do serviço de consulta da especialidade de Neurologia; -----
- Requalificação do Serviço de Esterilização; -----
- Nova Sala de Radiologia digital (RX); -----
- Requalificação da central térmica e respetivas condutas; -----
- A Requalificação da área de Morgue e Medicina Legal, está em curso; -----
- Criação da Unidade de Cuidados Paliativos com 20 camas, a qual se encontra concluída. Neste momento, aguarda-se a conclusão do procedimento de aquisição de mobiliário e equipamento, sendo que a sua abertura está prevista para o 1º semestre de 2023; -----
- A ampliação do Serviço de Hemodiálise, encontra-se em curso, sendo que, a 1ª fase referente à construção dos novos balneários e a 2ª fase, referente à ampliação do serviço, já se encontram concluídas. No caso específico da 2ª fase, aguarda-se a instalação dos equipamentos a fim de iniciar a atividade. Após a transferência do serviço para esta ala e entrada em funcionamento, irá dar-se início à 3ª intervenção e última fase. No final de 2023 estará concluída na globalidade. -----
- A instalação da Unidade de Cuidados Intermédios, respetivos equipamentos e mobiliário está concluído. Aguarda-se autorização da tutela para iniciar a atividade. A abertura está prevista para o 1º trimestre de 2023. -----

Sobre esta unidade gostaria de deixar uma referência à intervenção da Senhora Deputada do PSD (Dr.ª Cláudia Bento) na Assembleia da República, a qual nos pareceu despropositada e desadequada, e que revela algum desconhecimento do que se está a passar na unidade hospitalar de Chaves. Confesso, que foi com alguma estupefação que ouvimos a sua intervenção. -----

Quanto aos recursos materiais -----

- Novo equipamento de Tomografia Axial Computorizada (TAC); -----
- Instalação de equipamento de Ressonância Magnética Nuclear; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

- *Aquisição de um RX portátil.* -----

Para além destas obras/benefícios outras intervenções foram realizadas e outras estão em curso. -----

Concluo a minha intervenção dizendo que já percorremos uma parte do caminho, mas sabemos que este é longo e que vai exigir o melhor de nós, mas não tenham quaisquer dúvidas que não desistiremos de lutar por uma saúde cada vez melhor para os flavienses e para a população do Alto Tâmega.” -----

António José dos Santos, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia a todos. Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal, os senhores Secretários, o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, os senhores Deputados Municipais, os senhores Presidentes de Junta, equipa de apoio a esta Assembleia, público em geral. -----

- Trouxe apenas, aqui, pequenos tópicos para ver se não me esqueço de nada e tem a ver com o seguinte: Relativamente às Atividades de Enriquecimento Curricular, no final deste primeiro período gostaria de fazer uma pequena avaliação, não correram como o desejado, houve alguns constrangimentos. O aspeto que mais saliente e que é negativo, tem a ver com a ocupação das atividades de enriquecimento curricular, em alguns casos foram asseguradas, segundo ouvi, por assistentes operacionais do Município. O que seriam atividades de enriquecimento curricular dos alunos do currículo do 1º ciclo, essas atividades, algumas delas foram asseguradas, por assistentes operacionais do Município. Gostaria de saber, isto foi verdade? -----

- Outro aspeto, tem a ver com a Ação Social Escolar, escalões A e B, gostaria de saber se até ao momento, já foram pagas aos alunos, as verbas destinadas aos escalões A e B, que geralmente são pagas no início do ano letivo setembro, outubro? Não sei se nesta altura já terá sido dado este valor aos alunos, mas passou-se o 1º período e este valor não chegou. Outro aspeto, tem a ver com leite escolar, também ouvi dizer que durante o primeiro período os alunos do pré-escolar e do primeiro ciclo, não tiveram o leite escolar, o tal pacote de leite que habitualmente estavam habituados a tomar nos intervalos. Este ano acho que houve algum problema e este leite não chegou também gostaria de saber se isso é verdade ou não? Eu não tenho dados fidedignos, apenas se ouve dizer que estas coisas acontecem, gostaria que depois o senhor Presidente me dissesse se sim ou não? Finalmente gostaria de ser o porta-voz de um aluno, um aluno que tem direito a um transporte adaptado para se deslocar para a escola e, que até esta altura ainda não tem esse transporte. É um aluno que já está a faltar há muito tempo à escola, vem de Vidago, por motivos de saúde, às vezes porque é débil, mas principalmente, porque não lhe foi assegurado o transporte adaptado, para poder vir de casa para a escola. E isto é inaceitável as pessoas mais privadas daquilo a que tem direito ou, que, deveriam ter, privado de saúde, privado da comunicação com os outros, privado daquilo que é a vida. É uma criança, tem todos os problemas, ainda por cima não lhe é assegurado um transporte para vir passar algumas horas junto dos colegas, gostaria que isto fosse ultrapassado e rapidamente, gaste-se dinheiro aonde se gaste, mas é preciso responder a esta questão. Obrigada. -----

José Pimentel Sarmento, pelo **PSD**, no uso da palavra, disse: -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Secretário, senhora Secretária, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhora Vereadora, a todos muito bom dia, caros companheiros Deputados, caros Presidentes de Junta, comunicação social, todas as pessoas presentes, a todos desejo-lhe um bom dia e um Santo e Feliz Natal. -----

- Não era minha intenção vir cá hoje falar disto, mas pela força das circunstâncias sou obrigado, o meu assunto é referente à Ata anterior, já li a Ata, já sei. O senhor Presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

do Município diz na sua intervenção, que só me respondeu porque lhe chamei habilidoso. Concertar ideias e situações no meu entender não é nada reprovável eu não sou professor de Português, mas sei muito bem interpretar o que leio. Mas o senhor nos termos em que se dirigiu a mim, foram muito sobranceiros a roçar a grosseria. Por conseguinte, quando quis por em causa a minha saúde mental e física, acho que lhe fica muito mal e eu não esperava isso de si, muito menos tinha essa noção, e o senhor tem conhecimento que eu sou um dos maiores elementos históricos deste Partido. Fui o que arranquei com o Partido aqui, fui general, não fui graduado, fui general, entrei de recruta, subi e fui general. Estive desde 76 (setenta e seis) a 82 (oitenta e dois) à frente do Partido, tive as maiores vitórias a coordenar as campanhas eleitorais para a constituinte, para a Assembleia de Deputados, para as Câmaras Municipais da AD, nas campanhas do Freitas de Amaral, do Soares Carneiro e por aí fora. Por conseguinte em 85 (oitenta e cinco), coordenei a campanha novamente embora nessa altura eu não era o Presidente da Comissão Política, mas coordenei a campanha, mas até 82 (oitenta e dois), era o Presidente da Comissão Política e as vitórias eram de 6 (seis) Vereadores. Os senhores, no meu tempo levaram 6 (seis) Vereadores, o senhor Presidente da Assembleia tem noção disso porque, até tínhamos um problema no Partido, que dizia o falecido Eng. Branco Teixeira que valia mais o professor Altamiro, do que valiam 3 (três) ou 4 (quatro) Vereadores da oposição, mas isso é uma achega. Por conseguinte, eu só lhe quero chamar à atenção que, de facto, lhe fica muito mal vir aqui empregar palavras como esta negação, negação de quê senhor Presidente? Eu nunca neguei nada. Negação ao quê? Eu dei sempre a cara, eu não vivo da política eu, quando fui para a política já era um empresário, já tinha uma microempresa de Táxis, e trabalhava por conta própria nunca exerci cargos remunerados. Por conseguinte eu nunca precisei da política eu quando entrei para o Partido já usava gravata, tinha a mania da gravata ainda hoje tenho, mas já usava gravata e consegui impor-me neste Concelho levando as pessoas e os flavienses a votarem no meu Partido em massa, em massa em 79 (setenta e nove), com 6 (seis), em 85 (oitenta e cinco) outros 6 (seis), em 76 (setenta e seis) com 5 (cinco), e por aí fora. Sempre ajudei os outros, quando eu não era o coordenador ou o responsável pela campanha, sempre andei na frente como foi no caso do João Batista nos 3 (três) mandatos do João Batista, sempre estive ao lado do João Batista. ----- O senhor dizer reabilitação, mas eu vou-me reabilitar de quê? Eu sou um homem que tenho a noção que já fiz o meu percurso político, eu fiz o que tinha a fazer não tenho vergonha daquilo que fiz. Por conseguinte, não recebo lições de moral de si, o senhor entrou, na sua casa no Partido Socialista já feita, entrou no tempo e lembro-me muito bem, e o senhor foi muito mais grosseiro muitas vezes, além, daquele lugar, para o senhor arquiteto Cabelreira, que era o Presidente da Câmara na altura, embora eu não morra de amores por ele, isso sabe-o muito bem. O senhor chamou-me muitas vezes mentiroso, e eu, nunca chamei mentiroso a ninguém. O senhor está a por em causa eu ter ido na lista do PSD, para fazer parte deste órgão e eu já estou aqui há 38 (trinta e oito) anos! O senhor quer dizer ao PSD que o senhor é que lhe dá a sugestão de quem deve escolher para os lugares das listas dos órgãos internos e dos órgãos autárquicos? Não quero maçar mais, mas olhos nos olhos, digo-lhe, nunca mais tenha o atrevimento de se dirigir a mim nos termos em que se dirigiu, fui sempre educado consigo, e não quero amanhã ter um comportamento diferente, porque vou-lhe dizer uma coisa não me tenha como um adversário a sério, ouviu! Só lhe digo isto. Muito bom dia a todos. -----

Encerrou o debate o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Muito bom dia a todos. Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, senhor primeiro Secretário, senhora segunda Secretária, senhores Vereadores e senhora Vereadora, distintos membros desta Assembleia Municipal, distintos e digníssimos Presidentes de Junta de Freguesia e Presidentes da União de Freguesias, público aqui presente, estrutura de apoio que nos garante condições técnicas para que esta sessão se possa concretizar, comunicação social que, porventura, se encontre na sala, muito bom dia a todos. Hoje, venho predisposto a ter uma intervenção mais serena, estamos no Natal e por esse facto vou tentar, pelo menos, ser menos efusivo naquilo que são as intervenções, procurando ser mais explicativo, pedagógico e instrutivo, relativamente a algumas das matérias que foram aqui suscitadas para que não fiquem dúvidas para o futuro. -----

As três questões que aqui enunciadas pelo senhor Deputado Municipal, Carmona Rodrigues, que, como sempre, leva a cabo intervenções abrangentes sobre temas de interesse internacional, nacional e local, constituindo-se sempre como uma oportunidade para podermos refletir e discutir sobre diferentes matérias, tenham elas, diretamente ou indiretamente, importância na nossa gestão autárquica. Quanto à primeira, o senhor Presidente da Assembleia Municipal já respondeu. O conjunto de questões em torno da Assembleia Municipal, seja na dimensão de logística, ou outras de diferente natureza, não passam necessariamente pelo Presidente da Câmara. Portanto, conformar-me-ei, como sempre, relativamente às decisões que venham a ser tomadas neste órgão. Considero que a nota de explicação dada por parte do senhor Presidente da Assembleia Municipal é perfeitamente inteligível e, naturalmente, manifesto a minha concordância. Quanto à segunda questão, que versou sobre questões que possam ser de futuro, e nós sabemos que existem duas ou três questões verdadeiramente decisivas para aquilo que é o equilíbrio geopolítico e, sobretudo, numa lógica de paz mundial, sabemos que uma é a energia e a outra é a água. Portanto, a humanidade considera estes dois recursos como finitos, essenciais à vida, sendo que todas as grandes potências procuram o domínio sobre os mesmos, uma vez que garante o controlo das relações multilaterais dos respetivos países. Portanto, com certeza que esta descoberta da fusão nuclear, que pode ser uma fonte inesgotável de energia, sendo expectável que, efetivamente, impacte de forma transcendente nas nossas vidas, na certeza porém de que não sabemos se acontecerá daqui a 1 (um) ano, se daqui a 5 (cinco) anos, se a 10 (dez) anos, se a 20 (vinte) anos ou, se a 30 (trinta) anos, sendo que todos desejamos a sua concretização no menor espaço de tempo possível, porque, verdadeiramente, já todos percebemos que nos encontramos num momento de transição dos recursos fósseis para outras energias limpas. -----

Mas, verdadeiramente, trata-se de um processo longo e, porventura, de várias décadas e seria importante que se encontrasse, como já aconteceu no passado com a revolução tecnológica, uma revolução claramente neste domínio da energia, que permitisse contribuir decisivamente para a manutenção da paz mundial, através da distribuição uniforme do recurso. -----

Quanto à questão deste novo Plano Ferroviário Nacional, posso afirmar que partilho o conjunto das considerações tecidas pelo senhor Deputado. Primeiro, porque nos encontramos a falar de um plano cujo horizonte temporal não se encontra bem definido e não de um documento com definição temporal concreta, como por exemplo o Plano Nacional de Investimentos 20/30 (vinte/trinta). O Plano Ferroviário Nacional faz a enunciação daquilo que seria desejável, a médio e a longo prazo, eu diria mais a longo prazo, porque se constitui claramente como uma carta de intenções relativamente àquilo que possa vir a ser o desenho da ferrovia nos próximos anos, eu diria nos próximos 100



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

(cem) anos. É verdade que no documento existe uma intenção subjacente de ligar a malha regional ao nível das Capitais de Distrito, tratando-se de uma opção que nós não acompanhamos, tendo existido a oportunidade de o dizer claramente quer ao senhor Ministro, quer ao senhor Presidente da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional, que, curiosamente, em privado, concorda com esta visão. Tive a oportunidade, ainda que não tenha tido grande impacto, mas é verdade que tive a oportunidade de falar para o Observador e para a Agência Lusa e manifestar a nossa opinião, afirmando claramente que a opinião de Chaves é distinta do conjunto de considerandos vertidos no documento. Se nos pusermos a sonhar, e, na nossa opinião, este plano trata-se tão só e apenas de um sonho, nós defendemos que a ligação ferroviária não ligue este território a Vila Real, mas sim a Braga, por exemplo, e se faça uma ligação de Braga à alta velocidade espanhola, instanciada às nossas portas, o que, já hoje, permite usufruir de uma viagem cómoda até Madrid em cerca de 2 (duas) horas e 15 (quinze) minutos. Portanto, essa tem sido a nossa intenção, é o nosso entendimento, o nosso posicionamento público, entendendo que não tenha tido muito eco e que não tenha tido grande acolhimento na comunicação social. -----

Aliás, a posição comunicada congrega a vontade e a visão dos Autarcas da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, sendo que nesse contexto, já se encontram a ser preparadas as bases para a concretização de um estudo que nos permita, pelo menos, poder responder a algumas das dúvidas que nós todos temos. Primeiro, se é viável sob o ponto de vista técnico, porque nós sabemos que o relevo gera um conjunto de condicionantes que faz com que, muitas vezes, o traçado se torne inviável ou economicamente insustentável. Depois, também queríamos saber, ainda que numa perspetiva muito macro, efetivamente qual o custo da operação. Depois, questão última e importante, a sustentabilidade económica/financeira ambiental e, eventualmente, outras dimensões que podem ser pertinentes e relevantes para que esta questão se discuta. Porque, como todos sabemos, a ferrovia transporta pessoas e mercadorias e se não houver potencial de transporte nem de pessoas e mercadorias, com certeza que jamais será feita uma ferrovia, a não ser, assumidamente, que esse investimento seja feito numa lógica de coesão territorial de solidariedade territorial, e nessa perspetiva, naturalmente exigir que o todo nacional possa contribuir para que o modo de transporte possa garantir também uma maior mobilidade no território e um incremento significativo da capacidade de transporte de mercadorias. E, portanto, esta é a opinião que foi evidenciada e que já tivemos oportunidade de a partilhar. Por outro lado, devo dizer, muito sinceramente, que, provavelmente, se olharmos para aquilo que tem sido a capacidade de decisão do país, seja na ferrovia, seja nos aeroportos, a verdade é que andamos há 20 (vinte), 30 (trinta), 40 (quarenta), 50 (cinquenta) anos para tomar a decisão sobre a localização. Portanto, enquanto a ligação Lisboa/Vigo não estiver feita, tudo o mais não passa, na minha opinião, e sabem que eu sou socialista, mas, ainda assim, disse-o a quem tinha que o dizer, digo-o agora aqui, eu não tenho grande esperança que possa vir a ser concretizado. E, portanto, se nós esperarmos 40 (quarenta), 50 (cinquenta), ou 60 (sessenta) anos, quiçá, os modos de transporte serão completamente diferentes daqueles que nós hoje reivindicamos. É verdade que nós, no passado, tivemos num determinado momento, enfim, já não vou muito lá atrás no início do século 20 (vinte), a ferrovia assumiu-se como sendo um instrumento fundamental de mobilidade para pessoas e mercadorias, sendo que veio a perder alguma dinâmica, alguma relevância e foi isso, quiçá, que fez com que na década de 80 (oitenta) ou 90 (noventa) um governo do PSD tivesse fechado a linha do Corgo e, portanto, a linha que liga hoje ou que ligava Chaves a Vila Real que era a linha do Corgo, foi encerrada, foi uma opção política tomada por alguém legitimamente, foi um governo do PSD que determinou o encerramento, contrariamente ao Governo Espanhol que fez o quê? Utilizando dinheiros comunitários fez a estruturação da linha de alta velocidade, cozeu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

o país com linha de alta velocidade, nós, hoje, estamos seguramente 20 (vinte) ou 30 (trinta) anos atrás da Espanha no que diz respeito à ferrovia e, portanto, é preciso entender que ainda que todos desejemos e eu incluo-me neles, possamos dar o salto. A verdade é que quando olhamos para este Plano Ferroviário Nacional, olhamos para ele como uma espécie de sonho, ambição, mas eu diria mais, ambição centenária, é apenas o que me apraz dizer sobre esta matéria. Depois, quanto a outras considerações, é verdade, e eu há pouco esqueci-me de referir que na página 38 (trinta e oito) do Plano fala de Chaves, 3 (três) parágrafos, só, conheço-os bem, a única coisa que me agrada, é que se reconheça que Chaves é um Centro Urbano Regional, essa referência, a mim, agrada-me, pode ser importante para outras questões e para outras discussões, designadamente para questões relacionadas com Fundos Europeus, veremos se é assim, mas de qualquer das formas é um aspeto importante. -----

Quanto à intervenção da senhora deputada do Partido Socialista, Cristina Imaginário, devo dizer que a ouvi atentamente, mais do que considerações, conclusões e qualificações o que me importou ouvir, foi factos e realizações. Portanto, perceber que nos últimos anos, melhor, nos últimos 4 (quatro) anos se fizeram um conjunto de intervenções de qualificação física das infraestruturas e dos equipamentos que estão nos serviços do Hospital de Chaves, enfim, desta Unidade Hospitalar que serve, não apenas Chaves, mas toda a Região do Alto Tâmega. -----

É, de facto, esperançoso, diria eu e, portanto, o que nós temos que exigir, exigimos ao anterior Ministro e vamos continuar a exigir ao atual a manutenção deste esforço de investimento. Todos nós sabemos que os Municípios não têm grandes competências neste domínio e em matéria da área hospitalar não têm absolutamente nenhuma competência, a não ser participar nalguns órgãos consultivos. E, portanto, nesta matéria o que nós vamos fazer é colocar o foco e a atenção, para que todo o investimento que foi feito, particularmente aquele que foi anunciado, seja nos cuidados intermédios, seja nos paliativos, e não vale a pena criar sobre isto um facto político, designadamente como o PSD quis fazer na Assembleia da República, tentando inscrever no Orçamento Geral do Estado algo que já está contratualizado, não fazendo por esse facto nenhum sentido, uma vez que se as obras se encontram em curso, estando já contratualizado todo o equipamento. Agora temos que dar o passo seguinte que é recrutar os recursos humanos para que, efetivamente, as 20 (vinte) camas dos paliativos possam ter aquilo que a nossa comunidade e o país deseja. Como os senhores Deputados sabem, o país é claramente deficitário na área dos cuidados continuados, particularmente nos paliativos. Por isso, precisamos de um reforço da capacidade de oferta para que quem está numa situação de dificuldade, numa fase terminal, possa ter um acompanhamento médico assistencial diferenciado e os cuidados necessários nessa fase tão dolorosa e difícil da vida, e quem já teve familiares nessa situação sabe bem o quão difíceis são os últimos dias de uma pessoa que está com uma doença terminal e quão dolorosa é essa situação na dimensão até física. Agradecer a sua intervenção, a clareza da mesma e também a evidência dos muitos investimentos que foram feitos, mas, também, do muito que tem que ser feito, sobretudo, na dimensão médica e cirúrgica que tem que sair reforçada. Temos a expectativa que a nova estrutura de gestão do SNS possa olhar e tenha uma visão com mais racionalidade, com eficiência, mas sempre com uma perspetiva de equidade e justiça, sobretudo, para os territórios e para as pessoas que têm menos respostas, mais dificuldade de mobilidade e menos capacidade económica e financeira. -----

Depois, o senhor Deputado Municipal, António Santos, da coligação PSD/CDS Chaves Primeiro, levantou aqui uma série de questões sobre o contexto escolar, algumas questões de suporte e de apoio no que diz respeito a alunos com dificuldades acrescidas. Queria, antes de fazer qualquer consideração sobre as questões que aqui enunciou, apenas dar nota que sobre esta matéria mais importante do que criar ruído é,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

sobretudo, referir e de alguma forma recordar qual tem sido o posicionamento, o meu posicionamento e o posicionamento do PS sobre as questões da Educação. Portanto, permitam-me que faça, e por economia de esforço, apenas um recordatório relativamente a algumas coisas que fui dizendo na última reunião de Câmara e que podem servir também como uma nota informativa para todos os membros desta Assembleia Municipal. Portanto, sabem bem que sempre tive uma posição crítica relativamente à transferência de competências em matéria de educação, disse sempre que, porventura, as questões que estavam enunciadas não seriam as adequadas para que pudesse haver uma melhoria naquilo que é fundamental na atividade em contexto de escola, que é, sobretudo, melhorar os processos de aprendizagem, mas, ainda assim, a partir do momento em que as competências foram transferidas para o Município e foram a 1 (um) de abril de 2022 (dois mil e vinte e dois), obviamente que tivemos que assegurar todos os processos de suporte, todos os contributos para que essa articulação possa ser equilibrada e eficiente, e digo-lhes que articular com três Agrupamentos de Escolas com uma multiplicidade de estabelecimentos escolares é naturalmente um processo exigente. Ainda assim, dizer que tem havido, nesta matéria, uma perfeita articulação, cooperação e colaboração entre o Município de Chaves, o senhor Vereador da Educação, a Unidade Orgânica que dá apoio a estas matérias e com os três senhores Diretores dos Agrupamentos de Escolas, sendo que com estes tem havido a melhor das relações. São muitas as vezes que reunimos para nos debruçarmos sobre questões e problemas que o quotidiano e o dia-a-dia da gestão escolar suscitam, portanto, era isso que me importava dizer. -----

Mas ainda, vou dar aqui duas ou três notas. As Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) inserem-se numa estratégia alargada de articulação entre o funcionamento da escola e a organização das respostas sociais no domínio do apoio à família, assentando a sua estratégia em 3 (três) grandes vertentes, Atividades de Animação e de Apoio à Família na Educação Pré-escolar; Atividades de Enriquecimento Curricular e Componente de Apoio à Família no 1º ciclo do Ensino Básico (CAF). -----

No caso específico, uma das dimensões, tem sido a mais suscitada e a mais referida que são as Atividades de Enriquecimento Curricular, a responsabilidade pela sua gestão e organização pode ser assumida integralmente pelos Municípios ou, em alternativa, pode ser assumido pelas Associações de Pais que se podem auto-organizar e dar a resposta pretendida. -----

No ano letivo de 2022 (dois mil e vinte e dois) e 2023 (dois mil e vinte e três), o Município de Chaves assumiu a responsabilidade pela gestão do procedimento de contratualização de Técnicos Superiores para o desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular, sendo que, para tal, os três Agrupamento de Escolas remeteram ao Município no dia 17 (dezassete) de julho de 2022 (dois mil e vinte e dois), toda a informação indispensável à adoção dos procedimentos de contratualização de serviços destinados às AEC, tendo sido indicadas as preferências no que diz respeito aos domínios de atividades e respetivos horários. -----

Em 21 (vinte e um) de julho de 2022 (dois mil e vinte e dois), em virtude de não existir horizonte temporal suficiente para adoção do procedimento de seleção, recrutamento e contratação na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo, integral ou parcial para o exercício de tais funções, foi autorizada, a título excecional, a contratação, em regime de avença, dos técnicos para as AEC, em 26 (vinte e seis) de agosto, foi lançado concurso público internacional para aquisição de serviços para o desenvolvimento das atividades em questão para 46 (quarenta e seis) técnicos superiores ou técnicos especialmente habilitados para o efeito pelo preço base de 104 000,00€ (cento e quatro mil euros), correspondente a um valor hora de 8,36€ (oito euros e trinta e seis cêntimos). Dizer também que, ainda que o período do horário semanal fosse de 5 (cinco) horas, foi definido e decidido contratar 8 (oito) horas para que houvesse o tempo na preparação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

dessas atividades e que pudesse ser feita depois a articulação com os professores do 1º ciclo. A tal procedimento apenas 4 (quatro) concorrentes submeteram propostas, os quais vieram a ser excluídos por incumprimento dos atributos legalmente exigíveis, sendo que a 17 (dezassete) de setembro, veio a ser revogada a decisão de contratar, extinguindo-se naturalmente o respetivo procedimento concursal. -----

Face ao número reduzido de interessados a concurso entendeu-se existir a necessidade de ponderar o valor/hora fixado previamente no caderno de encargos do concurso público, tendo sido solicitado, para o efeito, os contributos dos respetivos agrupamentos de escolas, resultando de uma ponderação e auscultação conjunta traduzido no aumento do valor/hora para 12,36 € (doze euros e trinta e seis cêntimos), a introduzir no preço base do respetivo procedimento. -----

Em 22 (vinte dois) de setembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), é publicado em Diário da República nova abertura de procedimento de concurso público, do qual consta a determinação no valor base que passou de 104 000,00€ (cento e quatro mil euros), para 154 000,00 € (cento e cinquenta e quatro mil euros), acrescido de IVA, em resultado daquilo do que já foi referido antes, ou seja, no valor hora de 12,36€ (doze euros e trinta e seis cêntimos). No dia 18 (dezoito) de outubro, após elaboração do relatório final na sequência da realização de audiência prévia dos concorrentes, nos termos do CPA, dos 46 (quarenta e seis) lotes a concurso, resultaram adjudicados 13 (treze), portanto, 33 (trinta e três) lotes ficaram por adjudicar. -----

Em 23 (vinte e três) de novembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), foi autorizada a abertura de novo concurso público destinado à aquisição de serviços na modalidade de avença para os 33 (trinta e três) técnicos superiores ou especialmente habilitados para o efeito, cujo preço base se encontra fixado em 68 524,00€ (sessenta e oito mil quinhentos e vinte e quatro euros), o que corresponde a um valor/hora, como já foi dito antes, de 12,36€ (doze euros e trinta e seis cêntimos), sofrendo, entretanto, uma prorrogação de prazo em função da necessidade de erros e omissões identificadas nas peças de procedimento, sendo que tal prazo para apresentação de propostas terminou no dia 12 (doze) de dezembro. -----

Portanto, nesta situação, concluído este processo e percebendo que ainda restam 23 (vinte e três) horários para serem adjudicados, é fundamental que se encontrem novas respostas, novas soluções e essas soluções estão a ser discutidas com os senhores Diretores dos Agrupamentos de Escolas e podem passar por diferentes perspetivas, desde uma diferente carga horária em vez de serem fixadas 8 (oito) horas semanais passem a ser 16 (dezasseis), isso permitiria duas coisas muito simples: primeiro, em vez dos 46 (quarenta e seis) técnicos passaríamos, apenas, a precisar de 23 (vinte e três), e por outro lado teria uma vantagem, a remuneração desses técnicos seria ajustada e nalguns casos seria superior a 600,00€ (seiscentos euros) ou 700,00€ (setecentos euros), por esta via seria já suscetível de poderem ter alguma autonomia financeira, o que tornaria a função mais atrativa. -----

Depois, dizer também que as soluções podem passar por uma alteração daquilo que possam ser as áreas das AECs, sendo que essa decisão, como sabem, é tomada pelo Conselho Pedagógico e validada depois pelo Conselho Geral ou, ainda, também poderem, eventualmente, ser identificadas outras soluções adicionais. -----

De qualquer das formas, dizer que sobre esta matéria desde o princípio houve uma grande proatividade, a verdade é que pese embora se tenha encontrado uma solução estável para aquilo que tem a ver com os animadores sociais que estão na pré e nas CAF. É verdade que subjaz ainda a resposta para as Atividades de Enriquecimento Curricular, mas também é verdade que todas as diligências, todas as ações foram concretizadas pelos serviços do Município, não ficando nenhuma delas por concretizar. No entanto, em face daquilo que foram as alterações do contexto do ano letivo 2021 (dois mil e vinte e um), 2022 (dois mil e vinte e dois), para 2023 (dois mil e vinte e três),



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

recordo por um lado, a transferência de competências do Ministério da Educação para os Municípios e por outro lado, o contexto escolar foi diferente, no ano anterior, como sabem, havia um significativo número de professores do 1º ciclo sem horário nas escolas, nalguns casos em número muito expressivo, mas, em resultado daquilo que foram os concursos por mobilidade e por condições específicas, reduziu drasticamente o número de professores das escolas. Portanto, a possibilidade de poderem cooperar, colaborar e dar resposta neste domínio, perdeu-se, ao mesmo tempo, muitos daqueles técnicos que não são professores e que asseguravam as AEC, estão hoje noutra tipo de soluções contratuais, sejam em escolas de dança, sejam em escolas de música seja noutras atividades. Portanto, é imperioso, na minha perspetiva, que de forma articulada com as escolas se procure encontrar uma resposta que diminua drasticamente o número de técnicos necessários, porque nos dias de hoje o que acontece, é que nas áreas da dança e da música não existem respostas no mercado e, portanto, fica aqui esta questão. Depois dizer, e agora sim, respondendo às questões concretas que foram formuladas pelo senhor Deputado Municipal, António Santos, da Coligação PSD/CDS Chaves Primeiro, que o processo das AECs foi aqui enunciado de forma detalhada relativamente a esta matéria, depois dizer que em momento algum nós decidimos, sendo que como sabem, não somos nós a definir mas sim a escola que decide que tipo de escola a tempo inteiro quer, e quem é que, de facto, em cada momento faz o acompanhamento das crianças que têm necessidade de prolongamento escolar, não é a escola? Até lhe fica mal a si, porque o sabe, pertence ao Agrupamento Escolar e já teve algumas responsabilidades nesse domínio e, portanto, dizer que é o Município que determina que as crianças são acompanhadas nas AEC por assistentes operacionais: Primeiro, não corresponde à verdade e se o fosse, essa decisão não seria tomada pelo Município, mas seria tomada pelos órgãos da escola. Como sabe quem gere essa dimensão é sempre a escola, desde o pré-escolar até ao secundário e, portanto, não percebi esta pergunta em particular. Depois, relativamente à questão da ação social escolar, eu precisava que me esclarecesse se o apoio em causa é para o transporte, se é para a alimentação, se é para as visitas de estudo, de que apoio em concreto estamos a falar, porque, como sabe, temos feito habitualmente nos últimos anos uma solução que permite que a escola tenha previsibilidade e que conheça bem qual é o apoio financeiro que o Município dá em cada período letivo, seja para visitas de estudo, seja no que concerne a apoios específicos para atividades extracurriculares, seja, enfim, para outro tipo de apoios como por exemplo outro tipo de material escolar, esse apoio existe. Como sabem, hoje, os manuais escolares são gratuitos. Portanto, não sei em concreto do que se trata e qual é o apoio social que o Município não está a dar, desconheço em absoluto do que está a falar, sendo certo, por outro lado, e como todos sabem, quem define quem tem escalão A ou que tem escalão B, não são os serviços Municipais, são os serviços da Segurança Social que fazem essa aferição em função da situação económica e social de cada um dos agregados familiares. -----
Relativamente ao leite escolar, sim, é verdade que o ano escolar arrancou sem leite escolar e a explicação é a seguinte: o leite escolar é um procedimento que os Municípios asseguram para garantir que esse complemento alimentar chegue às escolas. A verdade, é que tendo em atenção que tivemos que lançar um procedimento pelo valor correspondente ao processo de aquisição que tínhamos que fazer, tivemos que lançar um procedimento de consulta prévia, entre o momento em que nós fizemos uma consulta preliminar ao mercado que definiu o preço base e o momento em que lançamos o procedimento pré-contratual o incremento de preço foi de tal forma que há 15 (quinze) dias oferecia um preço e 15 (quinze) dias depois já dizia que não assegurava o preço. Portanto, houve um incremento substancial no preço do leite escolar e isso provocou um atraso relativamente à disponibilização do leite escolar. Hoje, está corrigido, já existe, pela informação que disponho, o leite escolar nas escolas, mas é verdade que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

essa omissão aconteceu e vamos corrigir essa falha para que no próximo ano isso não aconteça, pois há crianças que precisam desse reforço alimentar. -----
Quanto à questão concreta que me colocou que há um aluno que não participa nas atividades letivas por causa de não ter transporte, eu desconheço em absoluto essa situação, reitero, eu desconheço em absoluto essa situação. Era importante que a senhora Diretora do Agrupamento de Escolas partilhasse essa informação, para que pudesse ser analisada pelos serviços de educação e, eventualmente, pelos serviços da ação social para se perceber que tipo de resposta é adequada e perceber também se existe disponibilidade para esse transporte. E, por isso, o que eu peço, e se deixar aqui a identificação da pessoa, isso já constituirá um elemento adicional para que esta situação se possa tratar. É curioso, e vou dar nota disso, durante muitos anos a escola, e neste caso a Escola Dr. António Granjo, andou a solicitar apoio do Município para fazer transporte dos alunos para a piscina, designadamente, os alunos que têm determinado tipo de incapacidade, sendo que, este ano, esse apoio foi concedido. Portanto, já foi comunicado, e se estamos a dar o apoio para transportar as crianças para a piscina, também asseguraremos o transporte para atividades de escola e, seguramente, existirá aqui alguma coisa estranha ou alguma omissão, porque é estranha esta situação. Peço-lhe que a concretize e que a identifique para que possa ser analisada e que possa ser resolvida. Não vale a pena fazer aqui essas considerações que fez, tentando, de alguma forma, imputar ao Município um descuido, uma desatenção, uma insensibilidade por estas matérias. Por isso, parece-me um pouco injusto, mas como sabemos é necessário fazer política, e às vezes faz-se política com estas questões. Depois, por último, quanto à intervenção do senhor Deputado Municipal, José Pimentel Sarmento, do PSD/CDS Chaves Primeiro, direi apenas que se ouça a gravação, leia-se a Ata e tirem-se as conclusões, não digo mais nada. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 28 DE SETEMBRO DE 2022. ---
A ata número quatro, referente à reunião ordinária realizada no passado dia 28 de setembro de 2022, foi colocada à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Deputados desta Assembleia. -----
Quatro Deputados desta Assembleia Municipal não participaram na votação pelo facto de não terem estado presentes na reunião a que a ata se refere. -----
A ata foi posta à votação e aprovada por maioria com 68 (sessenta e oito) votos a favor e 1 (um) voto contra. -----

PONTO 2 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA.
O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação da informação. -----
Bom dia, novamente. Reitero cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa, aos restantes membros, aos senhores Vereadores e a todos os membros da Assembleia Municipal. Relativamente a esta informação, devo dizer que a mesma procura ser a mais rigorosa, pormenorizada e fundamentada possível, seja, no que concerne à dimensão de representação Municipal e nos atos, nas cerimónias e nas atividades desenvolvidas para que, naturalmente, possa ser do conhecimento desta Assembleia Municipal. -----
Depois, dizer também, que na dimensão financeira, seja na dimensão orçamental, seja na dimensão económica, a informação partilhada com os senhores membros desta Assembleia Municipal, denota, na minha perspetiva, *(e eu sei sempre que sou alguém que está comprometido, porque naturalmente tenho uma opinião sobre esta matéria que resulta da circunstância de ser agente ativo na execução da mesma)*, uma evolução, ao nível da execução da receita e da despesa, que nos permite acalantar de forma fundada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

a expectativa que a execução da receita global entre o capital e a corrente atinja 85% (oitenta e cinco por cento), como é, objetivo fixado na Lei das Finanças Locais, mas também, na dimensão económica, evidencia que os resultados expectáveis do exercício económico, que agora finda se constituam manifestamente positivos. -----

Por último, também, deixo algumas notas relativamente às questões do endividamento e respetiva capacidade de endividamento. A trajetória de redução no que concerne à dívida total do município, sendo que tal facto assenta igualmente no incremento proporcional no que diz respeito à capacidade de endividamento. E por último, dizer que a listagem de processos de contencioso que vinha para conhecimento da Assembleia Municipal há cerca de 5 (cinco) anos era constituída por várias folhas, sendo que hoje felizmente, é apenas de uma folha. Mas não, é só isso, se, se derem ao trabalho de comparar aquilo que é o somatório dos pedidos que estão incorporados nessas multiplicidades de processos judiciais, portanto, de natureza contencioso 2017 (dois mil e dezassete), com aqueles que hoje figuram em 2022 (dois mil e vinte e dois), perceberão que não é só o número dos processos é, também, seguramente o valor dos pedidos que lá constam. No outro dia, em termos de brincadeira, dizia ao consultor jurídico, desde 2018 (dois mil e dezoito), a função de consultor jurídico tem ganho menos relevância e se no passado a remuneração é baixa hoje, quiçá, é alta. -----

Seguiu-se a intervenção da senhora Deputada: -----

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, pelo **PS**, no uso da palavra disse: Muito bom dia, senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor Secretário da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Juntas, Caras e Caros Membros desta Assembleia, Trabalhadores, público em geral e comunicação social, caso estejam presentes, bom dia a todos. -----

“Em representação do Grupo Municipal do PS gostaria de relevar alguns pontos e informações plasmadas na presente informação do Senhor Presidente. ----- Desde logo, no que à agenda concerne salientar que é com especial regozijo que destacamos as datas dos dias 27 de setembro e 19 de outubro marcadas por sessões de abertura do ano letivo em duas instituições de ensino superior. O ensino superior está vivo e dinâmico, está de novo implantado e em crescimento no território flaviense e isso, a todos quanto tanto pugnamos para que assim fosse, não pode deixar de nos orgulhar. É também de particular importância, quanto a nós, que este ensino esteja estrategicamente planeado com oferta e resposta em áreas ligadas à saúde, recordemos que o IPB, através da sua Escola Superior de Hotelaria e Bem-estar iniciou este ano letivo, em Chaves, a licenciatura em fisioterapia. Portanto, um curso de ensino superior público, mas recordemos também que é finalmente uma evidência e uma realidade, há anos propalada, mas não antes conseguida, Escola Superior da Saúde. Sim, fruto do projeto, que todos conhecemos, de transição da Escola Superior de Enfermagem para a tutela da Cruz Vermelha Portuguesa podemos hoje finalmente afirmar com verdade um sonho antigo, temos em Chaves uma Escola Superior de Saúde! -----

Gostaríamos, ainda, de destacar a abertura de um espaço e de um serviço reclamado pelos flavienses e cuja necessidade há muito se vinha impondo por razões de saúde pública, de salubridade e de bem-estar. -----

O bem-estar animal é uma questão central para o desenvolvimento sustentável e ético da humanidade e da vida no planeta, por isso, muito nos satisfaz que possamos afirmar que o município de Chaves está neste momento dotado de um serviço de excelência, o CROAC, Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia de Chaves, que é um espaço novo, limpo e salubre, com toda a dignidade e qualidade que os despojados que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

nele habitam merecem. Aproveito para convidar todos os presentes que ainda não tiveram a oportunidade de visitar este espaço, que o façam e, em especial nesta quadra natalícia, em que tanto gostamos de mimar os que mais estimamos e de, em geral, praticar boas ações, que possamos ponderar a possibilidade de adotar um animal de companhia. Não devemos comprar animais, devemos adotá-los. -----

Queria, também, destacar dois eventos de muito valor para a região, cuja organização incumbiu à CIM do Alto Tâmega e Barroso, que parabenizamos e, que são a IV Gala do Empreendedorismo e das Empresas e o IV AQUA FÓRUM, eventos que afirmam o nosso território e as suas potencialidades, que premeiam a iniciativa empresarial e o desempenho económico, por um lado, e realçam a ciência, o conhecimento e a inovação, por outro. -----

Quem dúvidas tenha sobre o auspicioso momento que vivemos no nosso território, ou nas horas em que se sintam mais desalentados, bastará que se reflita um pouco sobre estes dois eventos e no que eles significam, desde logo, pelo no capital humano que destacam, de cidadãos jovens com dinâmica económica, no que aos empresários concerne, e jovens a fazer investigação e ciência, utilizando os nossos recursos e potencialidades, assim contribuindo para o incremento do conhecimento. -----

Uma nota também para salientar a informação relativa (que o senhor Presidente já aqui relevou e que do nosso ponto de vista é, também, crucial, para o desempenho do Município de Chaves e que tem a ver com) as pendências judiciais do Município. Nós no Grupo Municipal e eu particularmente fizemos essa comparação e essa reflexão quanto aos riscos financeiros, que incorríamos em 2017 e na atualidade fruto das pendências judiciais. Recordemos a este propósito que não há muitos anos o Município de Chaves estava envolvido em quase 50 litigâncias judiciais as quais representavam uma contingência que superava os 15 milhões de euros, dos quais, cerca de 10 milhões correspondiam às demandas judiciais que envolviam as Águas do Norte e cerca de 3 milhões, o correspondente à ação judicial pendente com a Empark, bem sabemos que referirmo-nos “às heranças” de outros executivos não é assunto do agrado de alguns dos membros presentes nesta Assembleia, no entanto, não podemos deixar de assinalar, pelo que encontramos plasmado na informação que ora cuidamos de apreciar, que na presente data, se encontram pendentes apenas 13 ações judiciais, pendentes e que representam um risco contingente pouco acima dos 3 milhões de euros, assim se evidenciando o sucesso, logrando-se resolver pesados encargos, colocando-se termo a contendas antigas, com absoluta transparência e rigor de ação.

Por fim, na senda das informações e acontecimentos auspiciosos e, porque este ponto da atividade municipal dá-nos também informação sobre a “saúde financeira” do município, gostava de destacar alguns números que muito orgulham o Grupo Municipal do Partido Socialista. -----

Detenhamo-nos, então, naquilo que são as cifras da dívida do nosso Município e façamos um simples exercício: comparemos os mapas aqui constantes com aqueles que nos foram dados a conhecer em dezembro de 2017, há 5 anos, portanto. -----

Na dívida total a terceiros, a Câmara Municipal de Chaves deve hoje menos 7 milhões de euros do que àquela data; se a comparação se detiver na dívida total, constatamos que a Câmara Municipal de Chaves deve hoje praticamente menos 10 milhões de euros do que àquela data (passamos de 28 milhões de dívida para 18 milhões, utilizando números “redondos”). -----

Por sua vez, e em consequência, se em final de 2017 o Município detinha uma margem de endividamento de pouco mais de 12 milhões de euros, ela ascende hoje a 28 milhões, uma diferença de 16 milhões, que redundam numa margem disponível por utilizar que é hoje quatro vezes superior à que se detinha no final de 2017. -----

O bom desempenho económico e financeiro do Município de Chaves além de nos ter permitido sair da situação sufocante de saneamento financeiro em que nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

encontrávamos, significa estarmos hoje posicionados entre os 80 melhores municípios do país.-----

Venha, pois, um ambicioso 2023, confiante nestas evidências de esperança e bom desempenho! Muito obrigada.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PONTO 3 - TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE AS QUEBRAS NA PRODUÇÃO DE CASTANHAS NO CONCELHO DE CHAVES;-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal.-----

Naturalmente, que renovo cumprimentos à Mesa, aos senhores Vereadores e aos senhores membros desta Assembleia Municipal e dizer que a Moção que foi apresentada por mim, em sede de reunião de Câmara e, que propus que viesse à reunião da Assembleia Municipal com uma simples.-----

Primeiro dizer que se trata de uma Moção que traduz muitas das posições manifestadas em outros territórios, cuja produção de castanha tem uma relevância económica e social expressiva, evidenciando a existência de um problema real na área da agricultura e, particularmente, no castanheiro em função do aumento de doenças, sendo que como sabem os castanheiros têm um conjunto de doenças que os debilita e nalguns casos os faz morrer, mas em todos eles diminui drasticamente a capacidade de produção. O que nós quisemos fazer foi, à semelhança do que fizeram os outros concelhos, dar nota que, o concelho de Chaves também foi afetado, onde crescentemente tem aumentado a área de castanheiro e, consequentemente, a produção de castanha tem vindo a ganhar relevância, tendo já hoje alguma expressão económica significativa, constituindo-se para muitas das nossas famílias como atividade principal.-----

E, portanto, dizer que a somar-se ao que tem acontecido nos últimos anos com maior expressão com o incremento de doenças originadas pela tinta do castanheiro, cancro do castanheiro, ou parasitário originário da vespa do castanheiro, em 2022 (dois mil e vinte e dois) tivemos mais uma consequência negativa, em resultado da forte seca que se fez sentir, tendo como consequência a diminuição drástica da produção de castanha. Os dados obtidos referem que existem, no concelho, mais de 1 700 (mil e setecentos) hectares, e eu acredito que temos muito mais do que 1 700 (mil e setecentos) hectares de castanheiro, existindo, na nossa opinião, um enorme potencial para produção de muitas toneladas de castanha. Portanto, esta moção propõe dar nota da relevância económica/social do castanheiro e da castanha para o concelho de Chaves, para os seus produtores e que nesse contexto concretizasse uma interpelação ao Governo, no caso concreto o Ministério da Agricultura, para que pudesse encontrar uma solução de apoio à produção, que contribuísse para a mitigação dos impactos negativos resultantes da quebra muito acentuada, quiçá, superior a 60% (sessenta por cento), da produção de castanha. Sabemos todos, que este ano preço por quilograma foi, ainda assim, bastante superior ao dos anos anteriores, mas mesmo assim não contribui para um incremento do rendimento dos agricultores e das empresas que se dedicam a esta atividade.-----

Estas são em síntese as motivações, mas certamente tiveram a oportunidade de ler a Moção que tem uma fundamentação mais estruturada do que aquela que eu agora apresentei. Muito obrigado.-----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados:-----

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, pelo **PS**, no uso da palavra disse: Renovo os cumprimentos. Se me permitem, entendo que o Ponto, deverá ser votado. A Moção é apresentada pela Câmara Municipal, nós somos um Órgão Municipal, dotado de autonomia, deliberativo inclusivamente, na minha perspetiva e não querendo apelar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

a qualquer espécie de costela jurídica, mas sancionar, implica submetermos, à apreciação votando. Já agora, se me permite, dizer que o Grupo Municipal do Partido Socialista, se revê inteiramente na fundamentação aduzida na Moção, que a subscreve, e que a vota favoravelmente. -----

Francisco António Taveira Ferreira, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: muito bom dia, cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal e, na sua pessoa todos os presentes. Dizer que o PSD, se revê nesta Moção, prevê a melhoria, neste caso, imediata para os produtores, também levanta um problema que é um pouco escandaloso em Portugal, que o Governo não se preocupe mais com esta questão do castanheiro a nível nacional, ou seja, que estude uma maneira de solucionar estas três ou quatro doenças que o atingem com uma melhoria franca para a atividade agrícola, comercial e até nacional. O PSD, vai votar a favor. -----

Encerrou o debate o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----
Naturalmente, renovando cumprimentos a todos, à Mesa, aos senhores Vereadores, aos senhores membros desta Assembleia Municipal, dizer o seguinte: -----
Quem, acompanha de perto esta discussão e que de alguma forma, tem tentado indagar a existência de evolução por parte da comunidade científica relativamente às questões que se colocam ao castanheiro, devo notar que a UTAD tem feito algum trabalho nesta matéria. A verdade nunca me inibe de dizer as coisas que tenho que dizer e, portanto, dizer que nestes domínios particularmente, no cancro do castanheiro e, na tinta e como sabem nalguns casos nem sequer é possível tratar, tendo mesmo que se cortar, queimar e separar, não sendo possível fazer tratamento. Devo dizer que nesta matéria, a UTAD tem feito algum trabalho, em articulação com a Associação de Produtores de Castanha, no caso concreto aqui muito perto na Terra Fria, perto de Carrazedo de Montenegro, portanto, tem havido algum trabalho. -----

Sobre esta matéria, entendemos nós que relativamente a um dos problemas relacionados com a vespa da galha do castanheiro no concelho, tem havido alguma evolução. Desde 2018 (dois mil e dezoito), o Executivo municipal liderado por mim encetou os processos de largadas, que antes se entendia que não era competência do Município. E, ainda que não se considere que não seja competência do Município, a verdade é que nós entendemos que tem se relaciona com a economia local e que nessa matéria temos competência para apoiar as Associações sendo que, desde 2018 (dois mil e dezoito), já patrocinamos dezenas e dezenas de largadas, que procuram naturalmente, debelar, diminuir o crescimento desta praga que é absolutamente crítica. Portanto, dizer que, ainda que seja desejável que se faça mais e, que, essa ação possa naturalmente ser promovida, apoiada, neste caso concreto pelo Ministério da Agricultura, estabelecendo com as Universidades e com os Centros de Investigação e com associações de produtores, as ações, não só de investigação, mas também de sensibilização e, nalguns casos, de profilaxia que se constituiu fundamental para que estas doenças não venham a ter um impacto muito decisivo. O regulamento de apoio que o Executivo anterior propôs e foi aprovado por esta Assembleia Municipal tem permitido apoiar o mundo rural na produção pecuária, nos castanheiros, no mel, seja nas várias dimensões e domínios da área atividade agrícola. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

O senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, solicitou à Assembleia autorização para alterar a ordem de trabalhos. O Ponto 4 da Ordem do Dia, será discutido aquando da chegada a esta sala do 1º Secretário da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, Professor Doutor Ramiro Manuel Ramos Moreira Gonçalves, que em virtude de ter ido à reunião da Assembleia Municipal de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Boticas efetuar a apresentação da Informação relativa à Atividade Desenvolvida no ano de 2022, ainda não está presente nesta sala. A Assembleia Municipal autorizou. -----

PONTO 5 – AUDITOR EXTERNO/EMIÇÃO DE RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – 1º SEMESTRE DE 2022. INFORMAÇÃO Nº37/DGF/2022. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Muito bom dia. Senhor Presidente da Mesa, restantes membros, senhora e senhores Vereadores, senhores membros desta Assembleia Municipal, cumprimento particular aos senhores Presidentes de Junta. -----

Este relatório permite e contribui para dar o devido conhecimento e permitir o acompanhamento por parte da Assembleia Municipal, relativamente à atividade económica e sobre a dimensão económica/financeira do Município. É certo que nos encontramos a falar do primeiro semestre e, portanto, de janeiro a junho de 2022 (dois mil e vinte e dois). Ainda assim, do presente documento consta um conjunto de indicadores orçamentais, económicos, de resultados, que permite conhecer na execução orçamental, na ótica da receita e da despesa, sobre questões mais económicas, o balanço, a questão do ativo e do passivo, a demonstração de resultados, contendo muita informação desagregada e que permite em cada semestre conhecer a evolução e perceber quais os riscos ou as questões mais prementes para o Município. Considero que este relatório se encontra bem estruturado, muito bem fundamentado, tem muita informação e, naturalmente, permite a quem quiser conhecer a evolução do primeiro semestre e, que será já um pronúncio daquilo que venha a ser a Prestação de Contas, no mês de abril do próximo ano, pelo que permite a todos acompanhar de forma mais próxima. -----

Seguiu-se a intervenção do senhor Deputado: -----

Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, pelo **PS**, neste ponto disse o seguinte: -----

Muito bom dia a todos. Começo por cumprimentar o senhor Presidente da Mesa, senhor Secretário, senhora Secretária, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta, público aqui presente, funcionários da autarquia que dão o apoio a esta Assembleia e comunicação social, aqui eventualmente presente. -----

Antes demais e imbuído também, do espírito natalício que já referiu aqui o senhor Presidente da Câmara, permito-me desejar em meu nome e em nome de todo o Grupo Municipal, um feliz Natal a todos aqui presentes, bem como para as suas respetivas famílias. Quanto a este Ponto de Informação e, no que diz respeito ao relatório da auditoria, vem de encontro e, por vezes levantam-se aqui dúvidas à cerca da independência da apreciação e, o senhor Presidente da Câmara, também o referiu há pouco com um certo humor “*que sendo parte interessada*”, que às vezes até poderia tomar uma posição o mais parcial. -----

Todavia aquilo que este relatório, da auditoria demonstra sendo um relatório de uma entidade independente, aquilo que demonstra é o que nós temos vindo aqui assertivamente a referir nesta Assembleia. -----

É possível, aferir-se pela análise do mesmo que todo o processo de execução orçamental, é enlevado pela mais ampla transparência e respeito pelas normas de contabilização. Não temos aqui, os famosos (e aí permito-me falar com algum conhecimento de causa, pois, também, trabalho em auditoria), esqueletos dentro do armário, antes pelo contrário, está tudo bem plasmado e evidenciam que neste momento em termos de execução o Município de Chaves, é uma casa bem arrumada, é uma instituição credibilizada, tendo recuperado das mazelas que a acometeram no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

passado, como há pouco foi referido, pela companheira de bancada, Brigitte Bazenga Gonçalves, a própria capacidade de endividamento do Município assim o demonstra. -- Trata-se de um documento exaustivo, lavrado por uma entidade independente, e que plasma com exatidão todas as operações realizadas no período em apreciação. Se dúvidas pudesse haver vem aqui confirmar-se que há uma efetiva redução do valor da dívida, que há um incremento a nível patrimonial e uma ortodoxia de execução notável pelo que o Grupo Municipal do PS, se congratula com tais conclusões, aqui parabenizando, o Executivo Municipal, na pessoa do senhor Presidente e dos respetivos Vereadores. Muito obrigado. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 6 – APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS 2023, ENQUADRADAS NUM PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL (2023-2027). APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, AO ABRIGO DA LEI Nº 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO, ALTERADA PELA LEI Nº 35/2014, DE 20 DE JUNHO. PROPOSTA Nº 117/GAP/2022; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Muito bom dia senhor Presidente da Mesa, senhor Secretário, senhora Secretária, senhora Vereadora, senhores Vereadores, Membros desta Assembleia Municipal, público aqui presente. -----

Dizer que, enfim, honra-me apresentar mais uns Documentos Previsionais para o próximo o exercício económico de 2023 (dois mil e vinte e três). Dizer que se trata de um exercício num contexto de alguma dificuldade que, passarei sucessivamente a detalhar mas, ainda assim permitia-me dizer que estes documentos, foram elaborados nos termos daquilo que são as normas contabilísticas adequadas quer do SNC-AP, quer ainda de algumas normas residuais do POCAL e, incorporam um conjunto muito significativo de documentos que integram estes documentos previsionais desde aquilo que são as demonstrações previsionais que, são um enquadramento enquadrado num plano orçamental plurianual que, agora se apresenta para um ciclo de 4 (quatro) anos. As grandes opções do Plano agregam o PPI e as atividades mais relevantes, mas tem também outros documentos de cariz obrigatório, desde o relatório da proposta de orçamento, mapa de resumo das receitas e das despesas, o mapa das receitas e das despesas agregada segundo a classificação económica, o quadro plurianual de programação orçamental, o articulado com as medidas de orientação orçamental, os orçamentos dos órgãos e serviços do município com autonomia financeira, orçamento de outras entidades participadas em relação às quais se verifica presunção de controle por parte do município, o mapa das participadas pelo município, as normas de controle interno, o plano de prevenção e riscos de gestão incluindo os da corrupção e infrações conexas da câmara municipal de Chaves, o mapa de pessoal contendo a descrição de funções, atribuições e competências por remissão para o respetivo regulamento interno do município também faz parte deste dossiê. E, portanto, é sobre estes documentos no seu conjunto que naturalmente nos temos que pronunciar. -----

Permitam-me que faça aqui e, que naturalmente na discussão subsequente possamos, depois, descer ao detalhe e podermos discutir em concreto alguns dos números e alguns daquilo que possam ser alguns projetos e algumas ações em concreto. -----

O documento que se apresenta constitui-se como um guião estruturante, no qual se encontram traduzidas as opções económicas e financeiras do Município de Chaves para o ano 2023, sendo que o dossiê se encontra estruturado com as Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano Municipal de Atividades Mais Relevantes e Orçamentos da receita e da despesa. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Trata-se de um documento produzido numa conjuntura de grande exigência, e, por isso, de exceção. Quando o país e o mundo ainda se encontram em fase de recuperação do período crítico vivido na sequência da pandemia COVID19, eis que uma nova instabilidade se instala – conflito europeu entre Rússia e a Ucrânia – acarretando graves consequências nas dimensões financeira, económica e social. -----

Neste contexto, o enquadramento externo tem vindo a deteriorar-se em virtude dos choques gerados pela invasão da Ucrânia, que resultaram no aumento da inflação e das taxas de juro, sendo que os efeitos adversos destes choques têm sido atenuados pelo bom desempenho do mercado de trabalho, pela poupança acumulada durante a crise pandémica e pelas medidas de apoio. -----

O cenário macroeconómico internacional e nacional enquadra e condiciona habitualmente a governação autárquica, quer na modelação das políticas públicas municipais, quer na gradação da implementação das prioridades estratégicas, que orientam os instrumentos de gestão financeira e económica de curto prazo. -----

Se nos últimos anos as condicionantes à gestão autárquica se encontravam correlacionadas, a nível macro, com questões de saúde pública, que degradaram a economia e as finanças das famílias, das empresas, das IPSS e dos países, e, ao nível micro, a excessiva dívida do município, que comprometia a disponibilização de recursos financeiros para a concretização de projetos relevantes para a comunidade flaviense, agora, muito em resultado da ameaça global que a guerra instalada a leste da Europa, terá de se adicionar o aumento expressivo da inflação, dos juros da dívida pública e privada e o significativo aumento dos preços da energia. -----

É, pois, com o atual enquadramento de grande exigência, que urge prosseguir com a concretização dos compromissos autárquicos amplamente sufragados nas eleições autárquicas realizadas no final do pretérito ano, que dão expressão às prioridades estratégicas municipais e supramunicipais, sendo que o desígnio supino da governação municipal deve centrar-se na qualificação das pessoas, das empresas e das instituições, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, de aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas. -----

Nesse contexto, as Demonstrações Previsionais para o ano de 2023 dão tradução à estratégia de prossecução dos processos de eficiência, financeira, dos sistemas de água e saneamento e energética, que nos permita tornar mais sustentável a gestão autárquica e, assim, aumentar a qualidade dos serviços públicos. -----

Por outro lado, o documento previsional para o próximo ano identifica como prioritária, de forma clara, a estratégia de atração de investimentos e dinamização do tecido empresarial local, centrada na requalificação e modernização da área de acolhimento empresarial e na formação qualificada dos nossos recursos humanos, sendo que para a consecução desse objetivo estratégico, o município de Chaves vai iniciar a concretização do relevantíssimo investimento aprovado em sede de PRR, em valor superior a 11 milhões de euros, que visa modernizar e qualificar a área de Acolhimento Empresarial de Chaves, nas dimensões das energias renováveis, infraestruturas de 5G e de videovigilância. -----

Outro dos eixos estratégicos de desenvolvimento enunciada, enquadra-se na salvaguarda de um direito constitucionalmente consagrado, o direito à habitação, sendo que tal ambição se encontra identificada com uma das opções mais relevantes do documento em apreciação, nas dimensões da habitação social, do arrendamento acessível e da inclusão social. -----

Nesse contexto, encontra-se previsto o arranque da materialização do Programa 1º Direito, programa de âmbito nacional criado pelo atual governo, que visa, no nosso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

território, concluir a requalificação do edificado do bairro dos fortes, bem como permitirá adquirir e reabilitar imóveis no Centro Histórico, a fim de permitirem, por essa via, o acesso a uma habitação condigna a custos controlados aos mais jovens e/ou desfavorecidos e, por outro lado, atrair novas pessoas para o centro da cidade, fomentando mais vida e consequente mais dinâmica. -----

O documento ora em apreciação prossegue, concomitantemente, com o reforço de afirmação do potencial de planeamento e gestão ao nível da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, que permitiu, nos últimos anos, resultados auspiciosos, nos domínios da proteção civil, do empreendedorismo, da capacitação de empresários, das empresas e das instituições, do turismo, da educação, da ciência e investigação, mas sobretudo no domínio da definição da estratégia comum para este território. -----

Destarte, o caminho, o nosso caminho, o trilho plasmado nas Demonstrações previsionais para o ano de 2023 continua a ser o da cooperação e do compromisso simbiótico e não o do egoísmo e isolacionismo territorial. -----

As linhas orientadoras plasmadas no documento encontram-se centradas na coesão social e territorial, no investimento/emprego, na construção e requalificação de equipamentos, espaços públicos e rede de mobilidade urbana e rural, mas sobretudo a qualificação humana, através do conhecimento, da investigação e inovação, mas também no ambiente, no turismo e no termalismo, como aliás não poderia deixar de ser pela centralidade estratégia que o recurso água, em particular a água mineral natural, água termal, encerra para o desenvolvimento do nosso concelho e, também, para todo o Alto Tâmega e Barroso. -----

Apesar de se vislumbrar um cenário pouco animador em termos de recuperação económica e face ao impacto da inflação quer nas famílias quer no tecido empresarial, perspetivando-se um período de acentuação do custo de vida, o Município de Chaves continuará, em 2023, a apoiar todos os setores da comunidade flaviense, no âmbito das suas atribuições e competências, num compromisso responsável de apoio às famílias, às empresas, ao associativismo, nas suas diversas dimensões, bem como às camadas mais carenciadas da sociedade civil, aos jovens e aos idosos, às pessoas com deficiência, reforçando iniciativas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos flavienses em geral, seja em termos infraestruturais, seja em atividades/ações que visem mitigar situações de precariedade habitacional e social. -----

No fundo, a presente proposta de orçamento materializa a vontade do Município em canalizar verbas para prosseguir o caminho de apoio constante à comunidade, pela conclusão de inúmeros projetos de investimento, a maioria ainda inseridos no leque das operações do Portugal 2020 e pelo início de outros no âmbito do PRR e/ou a desenvolver através de capitais exclusivamente próprios, na senda do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida dos flavienses, com o intuito em colocar Chaves na vanguarda da inovação e crescimento". -----

O financiamento desses projetos está acomodado no Orçamento Municipal, previsto para 2023 (dois mil e vinte e três) e que se concretiza em 52 763 813,47€ (cinquenta e dois milhões setecentos e sessenta e três mil oitocentos e treze euros e quarenta e sete cêntimos), nota de relevo neste particular é a relevante poupança corrente ou saldo primário, ou seja, a diferença entre a receita corrente e a despesa corrente, que prevê que atinja no ano de 2022 (dois mil e vinte e dois) , o expressivo valor de 5 962 365,54€ (cinco milhões novecentos e sessenta e dois mil trezentos e sessenta e cinco euros e cinquenta e quatro cêntimos), sinal inequívoco da boa gestão autárquica. -----

No que concerne à dimensão orçamental na ótica da receita corrente num montante global de 41 742 872,34€ (quarenta e um milhões setecentos e quarenta e dois mil oitocentos e setenta e dois euros e trinta e quatro cêntimos), cuja rúbrica mais relevante assenta nas transferências no valor de 21 494 730,49€ (vinte e um milhões quatrocentos e noventa e quatro mil setecentos e trinta euros e quarenta e nove cêntimos), que inclui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

o Fundo de Financiamento e Descentralização, o chamado FFD, relativo à Educação, no valor de 4 870 686,00€ (quatro milhões oitocentos e setenta) mil e seiscentos e oitenta e seis euros), seguida pela venda de Bens e Serviços, com 7 837 827,26€ (sete milhões oitocentos e trinta e sete mil oitocentos e vinte e sete euros e vinte e seis centimos), pelos impostos diretos com 6 992 237,73€ (seis milhões novecentos e noventa e dois mil duzentos e trinta e sete euros e setenta e três centimos), taxas multas e outras penalidades com 3 268 554,06€ (três milhões duzentos e sessenta e oito mil quinhentos e cinquenta e quatro euros e seis centimos), os rendimentos de propriedade com 1 852 834,00€ (um milhão oitocentos e cinquenta e dois mil oitocentos e trinta e quatro euros) e outras receitas correntes no valor de 296 588,80€ (duzentos e noventa e seis mil quinhentos e oitenta e oito euros e oitenta centimos). -----

Quanto à previsão orçamental em matéria de receita de capital, cuja expressão global se concretiza em 10 314 098,77€ (dez milhões trezentos e catorze mil noventa e oito euros e setenta e sete centimos), assenta em grande medida nas transferências de capital e, dentro destas, a participação comunitária em projetos cofinanciados no valor de 6 969 154,53€ (seis milhões novecentos e sessenta e nove mil cento e cinquenta e quatro euros e cinquenta e três centimos), o fundo de equilíbrio financeiro no valor de 1 458 204,00€ (um milhão quatrocentos e cinquenta e oito mil e duzentos e quatro euros), as sociedades financeiras no valor de 721 837,42€ (setecentos e vinte e um mil oitocentos e trinta e sete euros e quarenta e dois centimos), os passivos financeiros no valor de 706 842,36€ (setecentos e seis mil oitocentos e quarenta e dois euros e trinta e seis centimos) e os serviços e fundos autónomos no valor 501 395,75€ (quinhentos e um mil trezentos e noventa e cinco euros e setenta e cinco) centimos. -----

No que concerne ao Plano Plurianual de Investimentos, que contempla todos os projetos e ações que contribuem para a formação bruta de capital que o Município se propõem desenvolver no ano de 2023 (dois mil e vinte e três), encontram-se alocados 14 119 306,08€ (catorze milhões cento e dezanove mil trezentos e seis euros e oito centimos), distribuídos pelas seguintes funções: -----

Funções Gerais – 2 376 589,85€ (dois milhões trezentos e setenta e seis mil quinhentos e oitenta e nove euros e oitenta e cinco centimos); -----

Funções Sociais – 6 743 396,56€ (seis milhões setecentos e quarenta e três mil trezentos e noventa e seis euros e cinquenta e seis centimos); -----

Funções Económicas – 4 976 377,40€ (quatro milhões novecentos e setenta e seis mil trezentos e setenta e sete euros e quarenta centimos); -----

As Funções Sociais com 47,76% (quarenta e sete virgula setenta e seis por cento) e as Funções Económicas com 35,25% (trinta e cinco virgula vinte e cinco por cento), representam em conjunto as componentes mais expressivas do investimento municipal para o próximo ano, pois concentram 83,01% (oitenta e três virgula zero um por cento), total do PPI e 22,21% (vinte e dois virgula vinte e um por cento), do Orçamento Total. -

Quanto às atividades mais relevantes, o documento que agrega atividades que, tendo natureza corrente constituem projetos e ações de gestão autárquica com relevância e que se estruturam também em três Funções Principais, aliás como o PPI, Funções Gerais, Sociais e Económicas cuja dimensão financeira se concretiza em 11 865 453,68€ (onze milhões oitocentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e três euros e sessenta e oito centimos), também, neste plano a Função Social e a Função Económica ganham preponderância pois concentram 96% (noventa e seis por cento), das atividades municipais mais relevantes e 21,60% (vinte e um virgula sessenta por cento), do Orçamento total, do Orçamento Municipal. -----

Os inúmeros e significativos investimentos municipais integrados nas diferentes dimensões, Funções Gerais, Funções Económicas e Funções Sociais, na requalificação urbana e ambiental identificados em projetos e ações no reforço de infraestruturas, equipamentos e atividades ao apoio económico na qualificação e apetrechamento de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

equipamentos escolares, na requalificação do edificado municipal com vocação social no reforço da oferta cultural e incremento da promoção turística, da rede colaborativa de ensino e investigação no âmbito da CIM-AT, e em rede com o Instituto Politécnico de Bragança. -----

Os 14 119 306,08€ (catorze milhões cento e dezanove mil trezentos e seis euros e oito cêntimos) inscritos no PPI, conferem à dimensão social uma particular atenção que revela a sensibilidade social deste Executivo. Estamos certos de, que, no contexto macro económico atual marcado pela incerteza e incremento dos preços e, em face dos recursos financeiros disponíveis em particular no contexto de transição entre dois quadros de financiamento europeu, ou seja, a conclusão do Portugal 20/23(vinte, vinte três) e o arranque do Portugal 20/30 (vinte, trinta), as propostas constantes nos documentos previsionais para o próximo ano, respondem às principais necessidades do Concelho e aos anseios da nossa gente, pelo que os submetemos à apreciação de V. Exas, na expectativa de que os flavienses e a sua qualidade de vida se assumam como estrela polar que nos possa guiar na apreciação, discussão e votação dos mesmos. Tenho dito. -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Carlos Guilherme de Melo Gouveia, pelo **PSD**, no uso da palavra, disse: -----

“Boa tarde a todos os presentes. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, respetiva Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores, caros deputados municipais, senhores Presidentes de Junta, imprensa aqui presente, funcionários de apoio ao funcionamento desta Assembleia, flavienses. -----

O documento que irá ser votado neste ponto configura mais uma oportunidade perdida para investir no desenvolvimento e na melhoria da vida das pessoas do nosso concelho, um aumento das despesas correntes mais do que proporcional ao aumento das receitas e uma gestão de dia-a-dia sem uma imagem de futuro. -----

O Partido Social Democrata de Chaves, em sede e tempo oportunos, apresentou quatro propostas, umas mais exigentes que outras, e todas elas foram recusadas, sendo que o senhor presidente, na reunião pública da Câmara Municipal de Chaves em que foi votado este orçamento, apenas focou a sua resposta nas duas que, a meu ver, são as menos urgentes e, também, as mais custosas, optando por deliberadamente ignorar as outras duas que são necessárias e configuram uma necessidade cada vez mais premente. -----

As propostas a que o senhor presidente deu resposta, com os argumentos de sempre, foram a Piscina Olímpica e o Pavilhão Multiusos. As propostas que o senhor presidente resolveu ignorar foram a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável e a orçamentação de investimentos para garantir o fornecimento de água às Freguesias. -- Numa cidade como Chaves, a quase inexistência de transportes públicos para acessibilidade em contexto urbano é um anacronismo e que nos deixa para trás das restantes cidades do nosso país. Com o mundo, e Portugal não é exceção, progressivamente a criar contextos para o abandono do carro próprio, em Chaves isso só é possível para quem vive no centro e não há quaisquer sinais de que essa realidade venha a mudar. Esta elaboração não precisa de local de construção ou de um elevado financiamento e os benefícios enquadrar-se-ão no postulado da Lei de Say, que, simplificada, constata que “a oferta cria a sua própria procura”, ou seja, realmente, hoje em dia não haverá grande procura por este serviço, simplesmente porque este serviço praticamente não existe e é apenas uma consequência natural das condições de mobilidade que existem em Chaves, já que, até em ligações interconcelhias, Chaves está hoje muito pior do que esteve outrora. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Também é de notar que, num contexto de alterações climáticas e de secas cada vez mais frequentes, como a que tivemos nos três primeiros trimestres deste ano, talvez a chuva abundante que tivemos nestes últimos dois meses tenham feito esquecer da necessidade de garantir o fornecimento de água às freguesias. -----

Durante o último verão, criou-se uma alegoria de que o ano tinha sido muito seco, mas tinha sido o ano mais húmido do resto das nossas vidas. Como todas as alegorias, têm de ser interpretadas. Obviamente teremos anos com mais água do que 2022, mas a tendência de longo prazo é clara e anos como o de 2022 repetir-se-ão, serão mais frequentes e alguns serão ainda mais secos e será nessa altura que iremos relembrar-nos dos habitantes de diversas freguesias que precisam que carros de bombeiros lhes forneçam água, das pessoas que ficam com o bem mais essencial racionalizado “à gota” e dos investimentos que deviam ter sido feitos e não se fizeram porque é daqueles investimentos invisíveis que não são pródigos a dar votos. -----

Esta é uma medida da maior importância, que tem de ser tomada por todos os municípios de que dela necessitarem, o mais depressa possível, e não só não foi orçamentada, como foi ignorada na resposta do senhor presidente. Talvez hoje não seja e talvez hoje não recorra aos argumentos de sempre... ou talvez sim... -----

Pela falta de estratégia, pelo facto de ser um orçamento de gestão corrente, por não dar qualquer resposta aos problemas dos flavienses e, sobretudo, aos problemas das várias freguesias não-urbanas do nosso concelho, contribuindo até para, no geral, piorar a sua qualidade de vida pela passagem do tempo, votaremos conscientemente contra este orçamento na certeza de que estamos a prestar um serviço aos flavienses que não vivem apenas de quatro em quatro anos quando, magicamente, já parece haver orçamento para despesas de capital, conforme aparece no quadro plurianual apresentado.” -----

Muito obrigado. Desejo um Feliz Natal a todos os presentes. -----

Em resposta à intervenção acima exarada, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Renovo cumprimentos, naturalmente, ao senhor Presidente da Mesa, e demais membros da mesma, senhora e senhores Vereadores, senhores membros desta Assembleia Municipal, a todos os presentes sem distinção. -----

Vamos então analisar alguns dos argumentos apontados pelo PSD e, que constituem na sua ótica, razões para votarem contra. -----

Vamos então, tentar escarpelizar cada uma das questões que aqui foram suscitadas. Eu, porventura, estava à espera de uma análise, mais técnica, mais estruturada, mais estratégica e que não se tivesse desviado do essencial daquilo que está em causa, mas ainda assim vou então seguir o guião do senhor deputado desta Assembleia Municipal que aqui nos deixou para que o possamos seguir. -----

Em primeiro lugar, dizer que quanto à expressão financeira na dimensão orçamental, no que concerne ao incremento substancial da despesa corrente, porventura, o senhor deputado anda alheado da realidade porque, só alguém que anda alheado da realidade é que pode achar que a despesa com as escolas, que as despesas na área social, que a despesa com o cuidado e com o apoio às associações, que a criação e resposta de novos serviços, como o CROAC, como o Museu das Termas Romanas ou como outros serviços, se fazem com investimento de capital. E, portanto, com certeza compreenderá e, se olhasse de forma cuidada para a estrutura da receita, designadamente, relativamente à identificação das principais fontes de financiamento da receita de capital, perceberia que os financiamentos, o chamado FEF, em termos de capital não tem expressão nenhuma. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Tive a oportunidade de dizer, mas não quis ouvir, não lhe interessava (tinha a intervenção preparada), que nós temos uma poupança corrente com um saldo primário de 6 milhões de euros e, naturalmente denota claramente o quê? Uma afetação de poupanças, chamamos-lhe assim entre aquilo que é uma ainda expectativa, nesta fase orçamental entre a despesa corrente e a receita corrente. -----

Como é do seu conhecimento, grande parte dos investimentos estruturantes têm, necessariamente, que ser financiados por política pública nacional ou por fundos europeus, não existindo recursos que vão para além dos enunciados, sendo que para a utilização de receitas próprias, ou se aumentam taxas, os chamados impostos municipais locais, que não é naturalmente o ónus desta gestão autárquica, ou incrementamos substancialmente o lucro atividades, em áreas que têm sido sempre deficitárias como sejam os sistemas de água e de saneamento. Portanto, sinceramente, não sei como é que sai desta quadratura do círculo, sendo que até, percebia, que um outro qualquer membro desta Assembleia Municipal fizesse essas considerações, mas não entendo como alguém que tem formação na área o consegue fazer. -----

Mas sobre a questão despesas correntes, atrevo-me a dizer mais. Se não existir uma inversão no que diz respeito ao modo de financiamento dos municípios, os municípios limitar-se-ão a fazer gestão de despesa corrente. Vejamos então se faz tão sentido hoje como fazia no passado esta dicotomia, entre despesa corrente e despesa de capital. Hoje, considera-se por despesa corrente, toda a despesa que os recursos humanos garantem relativamente à multiplicidade de intervenções na recolha do lixo, na água, na educação, no social, nos eventos na promoção, nas AEC, sendo que tudo isso é considerado despesa corrente. Portanto, grande parte da atividade em função do core dos municípios é considerada despesa corrente, porquê? Porque é, verdade, que o financiamento das atividades municipais são centradas exatamente nessa lógica e, digo-lhe de forma muito frontal que se não for alterado o mecanismo das autarquias locais haverá muitos municípios (felizmente não é o caso do Município de Chaves), em que não terão hipótese de se financiar em um euro em despesa de capital. Portanto, fica aqui esta nota e que se poderá, eventualmente, numa próxima Assembleia Municipal, fazer um estudo sobre esta matéria e, perceber se aquilo que eu digo é assim ou será de forma diferente. Depois vamos então centrarmo-nos naquilo que foram as quatro grandes propostas e as quatro grandes ideias que o PSD apresentou na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, para votar contra o documento estruturante em termos de política económica neste caso de curto prazo. -----

Primeira questão: Piscinas Olímpicas. As Piscinas Olímpicas que o PSD propõe são as Piscinas Olímpicas que prometeu em 2006 (dois mil e seis) ou serão estas Piscinas Olímpicas que aqui se dizia nesta revista que foi distribuída aos munícipes onde se dizia efetivamente que estariam em curso?! Nesse sentido atrevo-me a ler algumas das passagens da revista para perceber se a Piscina de que falam foi a que foi prometida, em 2005 (dois mil e cinco), se em 2009 (dois mil e nove), se em 2013 (dois mil e treze), ou em 2017 (dois mil e dezassete)?! Queria perceber da Piscina que agora propõem, qual delas é a tal Piscina Olímpica anteriormente prometida?! Em janeiro de 2006 (dois mil e seis), numa revista promovida pelo Município de Chaves, eu mostro novamente para que todos vejam as Piscinas Olímpicas prometidas pelo PSD e que já estão a ser usadas e a ser usufruídas pelos nossos atletas e pelos nossos munícipes...! Mas ao consultarmos esta revista, podemos perceber que a tão afamada piscina vinha acompanhada de outros investimentos de grande envergadura. Num dos textos da enunciada revista pode ler-se que *“a construção do parque urbano desportivo de Chaves é um dos projetos a concretizar a curto prazo”* em 2006 (dois mil e seis), e por isso foi a curtíssimo prazo?! Já se viu já estão feitas e, portanto, *“é um projeto para concretizar a curto prazo pela Câmara Municipal a nova estrutura, sendo que situar-se-á na zona norte da cidade na Freguesia de Santa Cruz/Trindade nas proximidades da*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Escola Superior de Saúde,” Lembram-se da Escola Superior de Saúde? Nasceu onde? Quando é que foi criada? Foi em 2022 (dois mil e vinte e dois)! -----
Portanto, estamos a ver a consistência das propostas, das promessas do PSD. Depois ao consultar esta deliciosa revista podemos constatar que *“nas proximidades da Escola Superior de Saúde e do Parque Empresarial serão construídos dois amplos espaços um que se destinava ao desporto competitivo e de espetáculo comportam um estádio de futebol de 10 000 lugares”* Onde é que ele fica? Vocês conhecem este estádio? Deve ser miragem, dever ser um oásis ou uma miragem. Mas podemos continuar a ler, *“este era para 10 000 lugares, o outro era vocacionado para a prática do exercício e, treino de aprendizagem de várias modalidades de recreio e lazer, comportando também, realização de atividades de competição”* mas, depois diz-se e isso é o que queria trazer à colação nesta discussão *“o novo Parque Desportivo terá entre outros equipamentos 4 campos de ténis, espaço para a prática de desportos radicais campo de jogos e pista de atletismo, com bancadas para 2 000 pessoas”* já vamos em dois estádios *“parque infantil e campo de treino infantil uma vasta zona verde”* e podíamos continuar mas falemos então sobre a questão das piscinas. São capazes de acreditar para onde é que elas foram inicialmente previstas? Sabem para onde era prevista a construção desta piscina? Era onde hoje existe o MACNA. Estão a ver onde era exatamente essa Piscina? Depois para além destas questões eu gostaria que quando fazem propostas de Piscinas dissessem em primeiro lugar, quanto custam? Segundo, se são sustentáveis? Terceiro, onde elas poderiam ser construídas? Porque o que fizeram basicamente, foi uma proposta sem fundamento e, sem sentido algum na nossa perspetiva. Existem estudos, verdadeiramente, sim existem estudos sobre Piscinas Olímpicas, Coimbra que podiam ter consultado. A Piscina Olímpica de Coimbra gera um resultado negativo anual superior a 1 milhão de euros. E, portanto, quando alguém propõe algo, esse algo tem que ser exequível, financiável e sobretudo sustentável e, portanto, na minha perspetiva quanto à proposta da construção das Piscinas Olímpicas o que o PSD fez, foi continuar no logro, no engano, que fez durante 4 (quatro) mandatos e isso é verdadeiramente inaceitável. -----

Vamos então a outra proposta, vejamos então a proposta que aqui nos foi apresentada e, a proposta tinha a ver com o Multiusos é, que curiosamente o Multiusos, o Multiusos, também, era para ser construído aliás ele já devia de estar a ser usado há mais de 10 (dez) ou 15 (quinze) anos e, a verdade é que e eu estou a recordar-me de uma revista, não sei se, se recordam desta revista? Se a conseguirão ver ou não? Mas está aqui. Já sabem onde é que fica o Multiusos? E dizia-se aqui a páginas tantas numa destas entrevistas uma coisa muito simples: *“Parque multiusos pronto em 2008”* em 2008 (dois mil e oito), dizia assim *“as obras de construção do Parque Multiusos vão-se iniciar no dia 15 de novembro”*, até tinha data, *“devendo ficar concluídas no prazo de 5 meses”* em abril. -----

Portanto, o que eu posso dizer, verdadeiramente, sobre esta matéria é que são falácias, só mentiras e, portanto, continuar a assentar a política autárquica com as velhas propostas que, naturalmente, não são para concretizar e só servem para enganar os mais desatentos. Depois dizer, também, sobre a questão do plano de mobilidade, foi referido porventura, não está na ata, o que foi dito é que iniciamos sim, este processo porque reconhecemos que o plano de mobilidade se constitui como um documento importante, sendo que esses estudos estão a ser feitos neste momento. Quiçá, o Município já devia ter tido um plano de mobilidade há 10 (dez) ou 15 (quinze) anos, mas não existe, no foi feita em sede de reunião de Câmara Municipal e, reitero-a aqui porque de facto é um estudo que é necessário, existindo já algumas reuniões de trabalho, com algumas equipas técnicas, no sentido de desenvolverem os trabalhos inerentes para que, efetivamente, nós possamos conhecer melhor aquilo que são os vários modos de transporte, quer de carro, quer a pé, quer de transporte urbano, e perceber exatamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

quais são as problemáticas e, depois definir uma política e sobretudo ações que possam ser sustentáveis. Mas depois, relativamente, ao último assunto e é aquele ao qual vou dedicar algum tempo tem a ver então com investimento na área dos sistemas da água e saneamento. E, portanto, sobre isso queria-vos dizer que aquilo que o PSD, durante anos e foram 16 anos (dezasseis), fez neste domínio foi isto, aquilo que o PSD, fez durante 16 (dezasseis) anos e, que de facto não conseguiu inserir nenhuma fotografia, ou elaborar qualquer proposta, nenhuma ideia, como por exemplo fez com a Pousada da Juventude, também cresceu, também floresceu e tem muitos jovens lá a frequentá-la, mas a verdade é que sobre os sistema de água e saneamento, durante anos a fio o que é que fez? O que é que propôs? O que é que publicitou? Uma folha em branco. Nada. -----

Mas como se não bastasse este tema e, é um tema relativamente ao qual teria que haver na minha perspetiva por parte do PSD, alguma reflexão, alguma “mea culpa”, eu diria quase neste domínio quase que uma questão higiénica de não falar nele, porquê? Vamos então falar da questão dos sistemas de água e de saneamento e da forma como são geridos. Para além do investimento que durante 16 (dezasseis) anos, ser absolutamente escasso, evidenciando um total desprezo e despreocupação por uma questão absolutamente essencial. Em 2017 (dois mil e dezassete) existia uma perda no sistema de abastecimento de água de 70% (setenta por cento), sendo que recordei que em 2017 (dois mil e dezassete), o sistema era abastecido pelas águas de Trás-os-Montes, Águas do Norte. Mas como se não bastasse perder 70% (setenta por cento) de água que compravam, ainda tiveram o desplante de fazer o seguinte: Primeiro tiveram o desplante de vender a água, cobrar a água aos munícipes e não a pagar a quem?! Às Águas do Norte. Ao invés de fazerem investimento na requalificação dos sistemas, geraram uma dívida de 10 000 000,00€ (dez milhões de euros), tendo atingindo juros com essa dívida em de 3 000 000,00€ (três milhões de euros), tão necessários para fazer o investimento nas redes, da água e do saneamento. Mas como se não bastasse não pagar a água que se vendia e se cobrava aos munícipes, ainda se fizeram mais coisas: Venderam-se as ações que foram adquiridas em executivos municipais para quê? Apenas por razões urgentes de tesouraria, mas como se não bastasse, receberam-se os dividendos dessas mesmas ações sem se fazer o necessário investimento. Mas, mais do que isto o que é se fez no domínio da água na minha perspetiva, ou melhor o que é que não se fez nestes domínios durante anos e anos o que se fez? Escondeu-se, meteu-se a cabeça na areia e, não se fez os investimentos absolutamente decisivos, quer na cidade, quer nos sistemas autónomos das Freguesias. -----

E, portanto, vir aqui carpir mágoas, lágrimas de crocodilo, dizer que efetivamente não se fez investimento quando isso é uma culpa de quem representa porque quem está aqui nesta Assembleia Municipal na minha perspetiva é absolutamente inaceitável. Portanto, todo esse investimento que não foi feito, que começou a ser feito em 2017 (dois mil e dezassete) eu recordei-me e, se tiver atenção e, se quiser consultar os documentos previsionais de 2019 (dois mil e dezanove), de 2020 (dois mil e vinte) e de 2021 (dois mil e vinte e um) vai perceber que existe investimento centrado na eficiência, seja investimento de capital, seja investimento corrente, e sim foi esse investimento, que fez com que em 4 (quatro) anos, nós passássemos de 70% (setenta por cento) de perdas na rede para 50% (cinquenta por cento). Sabemos que não é suficiente e que nos encontramos num processo inacabado, mas estamos motivados e sabemos claramente o que queremos fazer. Posto isto, parece-me inaceitável que um dos fundamentos em que se estrutura o sentido de voto do PSD, contra, seja exatamente nas áreas em que o PSD tem culpa e, portanto, isso é inaceitável e na minha perspetiva, é censurável e condenável. Mas depois, em matéria da água disse-o e digo-o de novo. Nós temos noção clara do investimento que é preciso fazer-se nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

sistemas autónomos, mas, não apenas nos sistemas autónomos, também, naquilo que tem a ver com o sistema mais urbano, o investimento é muito significativo. Temos alguma expectativa de poder vir a financiar alguns projetos de âmbito limitado no próximo Norte 2030 (vinte, trinta) e, portanto, o que nós faremos e temos essas situações perfeitamente identificadas quais são as áreas mais críticas como por exemplo Nantes, Vilar de Nantes, a zona de Bóbeda, na sua zona industrial, mas é também uma zona da montanha. Por outro lado, se estivesse atento percebe que no terreno estão a ser feitas obras na área Urbana, que dizem bem da preocupação que nós temos, estamos a instalar neste momento uma solução de controle de pressão em toda a zona urbana, mas estamos, também, a instalar um sistema de monitorização para que saibamos de forma concreta e pormenorizada quais são as secções onde é que existe perda de água e, estamos também, naturalmente preocupados com a qualidade da água. A nossa intenção é lançar, no próximo ano, um concurso para que todas as análises da água, em todos os sistemas do concelho sejam sistemas geridos pelo Município, ou sejam geridos pelas Freguesias no âmbito de um contrato inter administrativo, possam ser assegurados. Temos a noção da relevância e importância do trabalho, expresso se em mais de 1 000 000,00€ (um milhão de euros), em sede de PPI para o próximo ano. No que diz respeito à água, enquanto não tivermos recursos externos, designadamente fundos europeus, não conseguiremos fazer a globalidade dos investimentos, absolutamente decisivos e fundamentais para assegurar, dois objetivos centrais: qualidade e quantidade. -----

Por outro lado, dizer também, que mesmo numa situação de seca como a que aconteceu em 2022 (dois mil e vinte dois), nós garantimos água a todas as Freguesias. É verdade que com base no recurso excecional sim, com base no transporte de água em cisterna e, nesse contexto, transportamos mais de 700 (setecentas) cisternas de água para a população para que de facto não houvesse falha de água e não sentimos nenhuma situação fora de controlo em nenhum desses sistemas agora. Com isto reconhecemos, naturalmente, que existem fragilidades, erros e evidencia que não devemos fazer aquilo que o senhor Deputado veio aqui fazer, que foi atirar olhos para esta Assembleia, escamoteando responsabilidades que são do seu Partido. -----

Mas, dizer ainda, dizer ainda quanto ao último aspeto transportes públicos, quiçá a circunstância de não viver em Chaves, não sentir Chaves, não conhecer Chaves e, porventura não conhecer as nossas aldeias, as nossas freguesias rurais, não conhecer as 130 (cento e trinta) localidades, permite-lhe a ousadia de fazer as considerações que fez sobre a questão da mobilidade, sobretudo no modo de transporte público. Se estivesse mais atento perceberia que o concurso público internacional, que está neste momento em sede de apreciação no Tribunal de Contas, faz uma coisa muito simples acrescenta uma linha urbana, passando a ter não duas linhas urbanas no transporte de passageiros, mas sim três e ao mesmo tempo tem uma cobertura de todo o território. Não posso concordar consigo, que é uma questão de ideia, que é uma questão de mercado que havendo oferta existe procura... engano. Porventura, não conhece os indicadores e não conhece os resultados da atividade do transporte terrestre de passageiros no nosso concelho, porque senão perceberia que muitas das linhas são altamente deficitárias e elas só são hoje asseguradas porque existe o investimento público, sim público que é gerido pela CIM do Alto Tâmega e Barroso através de financiamentos do governo, que permitem garantir o transporte terrestre de passageiros para as nossas freguesias. Portanto, parece-me que verdadeiramente nesta matéria não conhece o nosso território, sendo que as considerações que estão enunciadas não têm alicerces e fundamento na realidade e na nossa dinâmica e dizer que o transporte urbano ou o transporte terrestre de passageiros no nosso concelho não é adequado é, quiçá, na minha perspetiva uma visão incompleta, imperfeita e desconhecadora do território. Portanto, dizer que o transporte que temos assegura no essencial a procura



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

que existe nas nossas comunidades e se entender reforçando a sua ideia, que na minha perspetiva errada, porventura, nos próximos anos e em resultado do que são a regras de conceção deste tipo de transporte dizer, que existirão muitas localidades que, eventualmente, poderão ficar sem transportes terrestre de passageiros sempre e quando não o procuram. Por isso, é que já estamos hoje a pensar em novas soluções alternativas, como por exemplo o transporte a pedido, porque sabemos todos que o transporte terrestre de passageiros de hoje é diferente do existente há 20 (vinte), ou 30 (trinta) anos e quem o utilizava, e eu utilizava-o todos os dias, porque vinha de Travancas para Chaves e ia de Chaves para Travancas. Portanto, o transporte terrestre de passageiros de há 20 (vinte) ou 30 (trinta) anos não tem a ver com o de hoje, e se se der ao trabalho, se quiser contrastar, validar aquilo que disse, faz uma coisa muito simples, um dia durante a semana, vai até Loivos, ou vai até Travancas, ou até São Vicente e depois verá fora do período letivo quantas pessoas é que usam esse modo de transporte. Fica a recomendação. -----

Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, pelo **PS**, no uso da palavra disse. -----

Mais uma vez, bom dia. Renovo os meus cumprimentos, senhor Presidente da Mesa, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta, funcionários que dão apoio a esta Assembleia e comunicação social aqui presente. -----

Relativamente, ao Ponto que estamos aqui a analisar, os documentos previsionais dizer o seguinte: -----

“A elaboração dos documentos previsionais é o reflexo financeiro das políticas do município, pelo que na sua elaboração e na sua concretização deve ser levada em linha de conta a racionalidade, a eficiência e a transparência, servindo estes para projetar, guiar, usando-se como linha de orientação e que nos permite descortinar aquilo que podemos esperar do município e da sua linha de ação. -----

Quase saídos do cenário pandémico, eis que assistimos a uma contração dos mercados, a uma inflação agressiva que levou o BCE a estabelecer uma política de aumento das taxas de juro e, por essa via, provocar uma contração do consumo, esperando-se que desta forma a inflação se contraia. Todavia esta facticidade tem efeitos diretos na vida de grande parte dos cidadãos, que se vêm privados de uma parte substancial dos seus rendimentos. -----

Os aumentos dos preços de bens essenciais como sejam a eletricidade e os combustíveis, retiram alguma da folga financeira que as famílias dispunham e, como é evidente, também os municípios sofrem com esses aumentos de custos, que não são acompanhados pelo aumento das receitas. -----

A própria transferência de competências realizada para as autarquias locais, também trouxe condicionamentos e condicionantes, que obrigam a que se faça uma maior reflexão e um planeamento financeiro mais atento. -----

Da análise atenta dos mesmos constatamos que os relevantes investimentos em curso, a que se somam os previstos para os anos seguintes, irão com toda a certeza incrementar o desenvolvimento económico, social, turístico e cultural do concelho, sublinhando o papel central e mobilizador que caberá a Chaves no contexto do Alto Tâmega; -----

- Sublinho a visão estratégica definida pelo atual executivo que visa a cooperação estratégica transfronteiriça, procurando incrementar uma política de procura pró-ativa de investimento, de cooperação e alargamento estratégico, em detrimento das políticas isolacionistas, ou de políticas centralizadoras e que tendem para a autofagia; -----

- Apesar de todas as condicionantes bem conhecidas, este documento reflete o arreganho, a coragem, a vontade e a determinação de fazer bem e cada vez melhor; --



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

- É um orçamento de segurança, um orçamento realista e que não traz qualquer promessa vã e sem possibilidade de concretização. Para quê falarmos em piscinas olímpicas se não temos meios para as construir? Para quê prometermos obras faraónicas, que se irão materializar nos conhecidos “elefantes brancos”? -----
- A este propósito não poderemos deixar de aqui realçar e destacar que um dos “elefantes brancos” herdados dos anteriores mandatos, está prestes a tornar-se num modelo de sucesso. Refiro-me ao Parque Empresarial de Outeiro Seco, que neste âmbito vai ser objeto de uma ampliação de um investimento superior a 11 milhões de euros, que se destinam a implementar a cobertura de 5G, fornecer energia verde ou renovável às empresas lá instaladas e a implementação da videovigilância. Senhor Presidente, parabéns! Conseguiram dar vida a um morto, sendo quase digno de ser comparado ao toque de Midas! -----
- Merece igualmente destaque a implementação do Programa 1º Direito, onde se prevê um investimento que rondará os 17 milhões de euros, e que dotará a nossa habitação social de condições dignas, sendo um motor de promoção social e humana, que servirá como motor para a fixação de população no centro histórico, pois se prevê a aquisição de imóveis com vista à sua reabilitação para serem colocados no mercado com rendas acessíveis, e, certamente, catapultará também o investimento privado na reabilitação imobiliária; -----
- A afirmação do território e da água, merecendo destaque 2 projetos (Aqua Saltem e Aqua Natur Palace) irão guindar e elevar Chaves como destino turístico e académico, daí aqui se falar e referir os mesmos; -----
- O equilíbrio financeiro evidenciado no saldo Receitas vs Despesas, merece igualmente o nosso mais sentido sublinhar pela evidência da responsabilidade e da assertividade das decisões que são tomadas em sede orçamental; -----
- 53 milhões de euros. É este o valor do Orçamento municipal para o próximo ano, mais 3,6% que o valor aprovado para o ano em curso; -----
- De facto prevê-se que as despesas correntes registem uma subida de 22,7%, face ao ano anterior, mas tal acréscimo deve-se ao aumento das competências do município, em resultado das novas responsabilidades na área da educação e da ação social, que antes se encontravam na esfera do Governo central; -----
- Ainda assim é de notar que se verifica uma redução dos empréstimos, pois se em 2017 os seus montantes orçavam a 22 milhões, atualmente cifram-se na ordem dos 13,7 milhões. É notável como se tem investido, como se tem melhorado, sem que se aumente a dívida, antes pelo contrário, reduzindo-se a mesma; -----
- Constatamos que além do crescimento económico se aposta no apoio às populações, no cuidado e resposta às necessidades do concelho, apesar das dificuldades bem patentes do contexto vivido, sendo um orçamento virado para as pessoas, num momento de grande exigência. -----
- Os flavienses e a sua qualidade de vida são o Alpha e o Ómega que presidiram à elaboração deste orçamento, pelo que merecerá o nosso sentido apoio e voto favorável;
- Um orçamento centrado na coesão social e territorial, no investimento e emprego, na construção e requalificação de equipamentos, espaços públicos e rede de mobilidade urbana e rural, bom como na qualificação humana, no ambiente e termalismo merece o nosso total apoio”. Tenho dito. -----

Encerrou o debate o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----
Cumprimento o Senhor Presidente, membros da Mesa, os senhores Vereadores e todos os demais membros desta Assembleia Municipal. -----
Dizer que exorto todos a analisar o documento, apreciá-lo, apelando ao voto favorável à proposta apresentada, porque como já percebemos todos, não existe nenhuma proposta alternativa. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Esta proposta garante que o Município de Chaves continuará, em 2023, a apoiar todos os setores da comunidade flaviense, no âmbito das suas atribuições e competências, num compromisso responsável de apoio às famílias, às empresas, ao associativismo, nas suas diversas dimensões, bem como às camadas mais carenciadas da sociedade civil, aos jovens e aos idosos, às pessoas com deficiência, reforçando iniciativas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos flavienses em geral, seja em termos infraestruturais, seja em atividades/ações que visem mitigar situações de precariedade habitacional e social. -----

No fundo, a presente proposta de orçamento materializa a vontade do Município em canalizar verbas para prosseguir o caminho de apoio constante à comunidade, pela conclusão de inúmeros projetos de investimento, a maioria ainda inseridos no leque das operações do Portugal 2020 e pelo início de outros no âmbito do PRR e/ou a desenvolver através de capitais exclusivamente próprios, na senda do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida dos flavienses, com o intuito em colocar Chaves na vanguarda da inovação e crescimento. -----

Posta à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com cinquenta e sete votos a favor, doze votos contra e cinco abstenções, de acordo com a votação abaixo discriminada: -----

Votos a favor: Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, António Manuel Pires de Almeida, Luíz Mário Alves Carneiro, Cristina Maria Inocêncio Imaginário, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Sónia Cristina Adães Ferreira, Manuel Guerra Afonso, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Clara Maria Pinto Dias Lopes, Nuno Artur Esteves Ferreira, Francisco António Pinho Peixeiro, Ricardo Vassal Coutinho e José Carlos Carvalho Fernandes. -----

Pelo Grupo Municipal do BE: Marcelo Leandro Araújo Pires Rodrigues. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, de Anelhe - Arlindo Santos Costa, de Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis, de Cimo de Vila da Castanheira - Lúcia Maria Chaves Silva, de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Hélder Leão de Castro Lopo, de Ervededo – André Lourenço da Silveira, de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, da União das Freguesias da Madalena e Samaiões - João Manuel Almeida Pinto, de Mairos - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras – António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia, de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, de Paradela de Monforte – Gilberto Santos de Jesus, de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, de Sanfins da Castanheira – Sara Cristina Trinta Morais, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, de Santa Leocádia – João Manuel Teixeira Pereira Borges, de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, de Santo Estevão – Maria José Sena Barros Pereira, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, de São Vicente da Raia - Mário José dos Anjos, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, da União das Freguesias de Travancas e Roriz – Antero Luís Ginja, de Vale de Anta – Júlio Manuel Abambres Carneiro, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paraneiras) - Rui Manuel Branco Rodrigues, de Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, de Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Pereira, de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota. -----

Votos contra: Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, Francisco António Taveira Ferreira, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, José Pimentel Sarmento, António José dos Santos, André Fontoura Faria, Olga Machado Gonçalves Ferreira, Carlos Guilherme de Melo Gouveia, João Luís Gonçalves Rodrigues, Maria José Alves Portela e Anabela Maria Neves Martins. -----

Abstenções: Pelo Grupo Municipal da CDU: Diamantino Francisco Maia Silva. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Vítor Carlos Teixeira Pimentel, Daisy Machado Lameira e Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa-----

Pelo Grupo Municipal do CH - CHEGA: Vítor José Gomes. -----

Não participaram na discussão e votação do presente assunto, os seguintes --- membros deste órgão deliberativo, por não se encontrarem presentes no momento da votação: -----

Grupo Municipal do PS: José Francisco de Resendes Carreiro e Fernando Miguel Borges Valpaços. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Oura – António Eusébio Vieira Cardoso e de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro. -----

PONTO 4 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SECRETÁRIO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA E BARROSO RELATIVA ÀS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ANO DE 2022-----

O 1º Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, Professor Doutor **Ramiro Manuel Ramos Moreira Gonçalves**, prestou informação sobre as atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2022. -----

Bom dia, senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados. -----

É com gosto que estou novamente aqui para lhes pontualizar, aquilo que são as principais atividades da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso. -----

Deixem-me começar por realçar esta questão da inclusão do Barroso na nossa denominação, que é um aspeto que foi consubstanciado este ano e que me parece ser um aspeto muito relevante, sobretudo porque nos geolocaliza melhor em Portugal e, no mundo e porque também, nos permite potenciar aquilo que é a marca do património mundial agrícola do Barroso, dentro da própria denominação da Comunidade Intermunicipal. É curioso, porque durante muito tempo, quando nós falávamos da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, só Alto Tâmega, em muitas zonas do País éramos muito associados a Amarante e Marco de Canaveses e quando colocamos o Barroso consegue-nos geolocalizar melhor, aspeto que me parece ser relevante. -----

Vou pontualizar e, só pontualizar. A atividade durante um ano, de uma Comunidade Intermunicipal, é bastante vasta. Vou deixar para o final o mais importante, tem a ver com a gestão dos Fundos Europeus e, daquilo que está em termos de perspetiva de contratualização, designadamente, os pactos do desenvolvimento da região para 20/30. Começando, pelo primeiro tópico que gostava de aflorar, tem a ver com a questão das florestas. Dentro de uma Unidade Orgânica que a Comunidade Intermunicipal continua a manter, quatro Unidades Orgânicas. O tema das florestas é um tema muito relevante para nós, porque é um ativo muito significativo do nosso território. Temos a maior mancha florestal da Península Ibérica de pinheiro bravo. Temos as duas brigadas do País, que maior produção faz no dia-a-dia, 1,34 hectares através do sistema que temos de monitorização que permite identificar todos os polímeros onde foram feitas as intervenções e, aquilo que falta fazer para a frente. Mas na verdade, tivemos e é bom que se diga, um ano terrível, no que diz respeito aos incêndios e mais de 15% (quinze



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

por cento) da massa ardida a nível nacional, foi nossa. Tivemos ainda 3 (três) anos de seca severa. Esta postura supramunicipal, faz todo o sentido, até porque, os incêndios não têm fronteiras, temos uma cartografia de todos os incêndios deste ano, é curioso ver, que uma parte dos incêndios do nosso território foram importados de outros territórios, ou seja, nem sequer fomos nós os causadores dos mesmos, mas a velocidade de propagação é muito grande. A atividade destas brigadas consubstanciada com uma iniciativa que fizemos na Comunidade Intermunicipal, a criação de 6 (seis) pontos de água no território para rapidamente com os meios aéreos poder disponibilizar água suficiente. Todo o trabalho que foi feito relativamente ao redesenho e à atualização dos Planos Municipais de defesa da floresta contra incêndios são aspetos que eu gostava de realçar neste tópico. As nossas brigadas são financiadas pelo fundo ambiental em cerca de 50% (cinquenta por cento), também sabemos basicamente quanto é que elas custam todos os anos, sabemos que temos uma grande produção, porque temos um trator. Também, dar-lhes aqui a novidade que há um mês, recebemos a promessa de termos agora no início do ano um segundo trator, que vai permitir que as duas brigadas, uma que funciona com sede em Chaves e, a outra que funciona com sede em Vila Pouca de Aguiar, possam ainda incrementar a sua produção no que diz respeito à limpeza. Gostava também, de pontualizar a questão dos transportes, talvez o dossiê mais complexo que tivemos na Comunidade Intermunicipal, nestes quase 5(cinco) anos de trabalho. É um dossiê complexo porque é um dossiê sobre o qual a informação de partida era escassa. Só daqui por um ou dois anos é que teremos alguma informação real daquilo que é, a operação efetiva no território. Todos os sistemas de bilhética do operador atual não são automatizados, por outro lado a informação que é registada nem sempre é clara em relação aquilo que é a real utilização do sistema de transportes públicos regulares. Desenhámos um estudo de viabilidade económico-financeira, apareceu um operador interessado nessa mesma concessão e ficamos contentes, apesar de que o valor a pagar é alto, o valor do contrato cifra-se muito próximo dos 6 000 000,00€ (seis milhões de euros) para 7 (sete) anos de atuação desse mesmo operador e isto é algo que nos coloca em desvantagem. Os senhores Presidentes, têm dito, reiteradamente que em comparação com outras Comunidades Intermunicipais, porque por exemplo o Cávado o Ave ou o Alto Minho, quando lançam uma concessão de transporte público regular, recebem em troca dos operadores uma verba por essa concessão, o nosso caso fruto do facto de não termos número de pessoas suficientes a circular para garantir que essa concessão seja positiva. Acabamos por ter que pagar aos operadores e pagar um valor avultado porque, os operadores não estão interessados normalmente em concessões que sejam negativas. A pandemia inverteu a lógica das concessões de transportes públicos regulares, em todos os territórios, porquê? Porque até a essa data os operadores, com aquilo que eram os resultados positivos decorrentes, sobretudo, do transporte escolar ser feito em transporte público regular, acabava por equilibrar os seus orçamentos durante uma parte significativa do ano e, quando chegava a altura de férias aonde na verdade temos muito poucas pessoas a serem transportadas, mantinham uma operação negativa, durante esse período de tempo e uma coisa compensava a outra e eles mantinham a situação dessa forma. Com a pandemia e com um decréscimo significativo, naquilo que foi a lógica das pessoas a transportar. Para se conseguir manter os operadores a nível nacional, passaram a ser financiados, via Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas. por verbas que provêm do fundo ambiental para os programas PART e PROTRANSP Passaram a ter a possibilidade de que cada vez que encontram uma linha deficitária, num dado momento, denunciam essa mesma linha e podem inclusivamente encerrá-la. Passou a ser um modelo em que o operador durante uma parte do ano tem rentabilidade e, durante a outra parte do ano, vai ser financiado, para manter rentabilidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Os operadores durante a pandemia habituaram-se a essas medidas extraordinárias definidas pelo governo, medidas essas que passaram a não ser extraordinárias, passaram a ser habituais. O que nós sabemos é que durante o ano não pagamos um valor adicional pelo PART e pelo PROTRANSP, mas quando se aproximam os períodos de férias em que 70% (setenta por cento), de toda a atividade dos operadores decorre do transporte escolar. Aquilo que vai acontecer é que os operadores começam a denunciar essas mesmas linhas e, sabendo eles que nós temos uma verba que provém do PART e do PROTRANSP, exatamente para essa medida, objetivamente isso vai ser sempre financiado por aí e não são verbas despicientes, no ano 2022 (dois mil e vinte e dois), as verbas que nós transferimos para a Auto Viação do Tâmega e para a RodoNorte que tem uma pequena, muito pequena operação no sul do nosso território é muito próximo de 550 000,00€ (quinhentos e cinquenta mil euros), valor muito significativo para financiar linhas deficitárias. Tornaram-se mais deficitárias com o acréscimo dos custos de combustível. Objetivamente os operadores fazem passar esse défice, neste caso, para quem tem a capacidade de fazer este tipo de compensações e claro não passando isso para os passageiros, porque não há possibilidade de poder aumentar as tarifas e, mesmo que houvesse, pelo número de passageiros que são transportados, dificilmente conseguiriam. Este setor dos transportes é um setor muito relevante para nós, crítico, eu diria, porque permite a mobilidade intermunicipal e, estou convencido que nos próximos 4 (quatro) anos vão ter que acontecer várias coisas. Para além de termos um contrato que estará em vigor, vamos ter que conseguir otimizar parte dos serviços que decorrem e, que levam a que as pessoas se desloquem. Nós hoje, sabemos porque é que as pessoas se deslocam das diferentes aldeias para as diferentes sedes dos diferentes Municípios. E, com certeza, que vamos ter que arranjar sistemas articulados, quer com a saúde, quer com a educação, para garantir que as pessoas, quando estejam marcadas consultas, por exemplo, numa dada aldeia, num dado centro de saúde, não sejam marcadas AD-HOC, e cada uma em seu dia. Terá que ser feito um exercício de alguma concertação. -----

Para os operadores, quando todos os alunos estudam à mesma hora em locais diferentes, isso significa aumentar a frota, se nós tivéssemos a possibilidade de articular melhor os horários nas escolas, os mesmos autocarros serviriam para transportar mais pessoas com menos autocarros e menos motoristas, o volume daquilo que será o custo de operação, também, poderia diminuir. Gostava, também, de dizer como todos se têm apercebido quer ao nível Municipal, quer ao nível Supramunicipal o conjunto de atividades que a Comunidade Intermunicipal tem cada vez é maior, por exemplo, temos agora, em curso uma atividade na área do ambiente que é uma área nova para nós, estamos a articular as candidaturas que os Municípios fizeram, para terem algum investimento no que diz respeito à captação dos Bio resíduos, isso é feito, também, através da articulação com a Comunidade Intermunicipal. -----

Destacar já, numa outra vertente das nossas áreas de atuação, na perspetiva da capacitação. Voltar a referir isto aqui que os Senhores seis Presidentes do Alto Tâmega e Barroso tomaram uma decisão em 2018 (dois mil e dezoito), se não estou em erro, em junho, que foi a preparação do quadro comunitário 20/30 (vinte, trinta) e, fomos a primeira Comunidade Intermunicipal a apresentar as ideias chave daquilo que seria a nossa estratégia para 20/30 (vinte, trinta) e, o principal tópico que foi lançado foi o tópico da capacitação. Fomos a primeira Comunidade Intermunicipal do país que, colocou como centro da sua ação a capacitação como sendo um elemento-chave, para poder desenvolver o território. É muito curioso porque isso foi feito em junho de 2018 (dois mil e dezoito) e à data de hoje podemos ver resultados muito interessantes e que se consubstanciam com o projeto AquaValor. É muito interessante olhar para o projeto AquaValor, é um projeto que tem 2 (dois) anos e meio, mas que é um projeto que já conseguiu captar mais Fundos Europeus para o território do que um dos Municípios do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Alto Tâmega e Barroso durante 10 (dez) anos. O AquaValor já conseguiu trazer para o território 6,5 (seis virgula cinco) milhões de euros dos quais, há 3 (três) semanas atrás 2,3 (dois virgula três) milhões de euros captados através do PRR. Isso, permitiu ter uma equipa de 17 (dezasete) investigadores, um registo de uma patente está ainda em avaliação, e conseguiu servir como base para e, sendo laboratório colaborativo, dizer que é o único laboratório colaborativo do país que é detido em mais de 65% (sessenta e cinco por cento), por uma Comunidade Intermunicipal. Os laboratórios colaborativos são normalmente detidos por instituições de ensino superior. Dizer-lhes, ainda que tem a capacidade de alavancar outros projetos e, que não deixa de ser muito interessante porque quando estivemos aqui na abertura do ano letivo do Politécnico de Bragança, na recente escola criada, a Escola Superior de Hotelaria e Bem-Estar, deu para perceber que estavam nesta sala seguramente 150 (cento e cinquenta) a 200 (duzentas) pessoas que são pessoas novas, ou seja, são pessoas que não estavam no território antes de haver AquaValor. Portanto, significa que apostar no conhecimento, na capacitação do território através de projetos deste género pode-nos permitir captar dinheiro para o território e, com isso trazer pessoas de fora ou até atrair pessoas que estavam fora para dentro do território e isto na minha opinião ou na opinião da Comunidade Intermunicipal, consubstanciada por unanimidade sempre pelos 6 (seis) Presidentes, significa que é um caminho que temos que conseguir prosseguir. É certo que é uma entidade recente, é certo que é uma entidade que tem dificuldades, é certo que vai ter ainda dificuldades durante algum tempo mas, é certo que está a fazer o seu caminho e, também, para nós é certo que a água não deve ser o único elemento que deve ser trabalhado, no que diz respeito ao domínio da capacitação. Portanto, um projeto como o AgroValor, que trata sobre tudo dos produtos agrícolas ou um projeto como o Valor Barroso, que trata sobre tudo de tirarmos proveito daquilo que é a certificação internacional do Barroso e, mais recentemente o projeto que me parece ser absolutamente decisivo que é a criação do Bio Polo do Alto Tâmega e Barroso. Na minha opinião o Bio Polo do Alto Tâmega e Barroso, tem capacidade para poder ser maior do que aquilo que é hoje em dia o AquaValor, e oxalá sejamos bem sucedidos na candidatura que temos submetida ao PRR, de 1 000 000,00€ (um milhão de euros), para conseguir instanciar no Antigo Centro Agrícola de Vidago, que está como sabem abandonado e, que é pertença ou, que está à guarda da Direção Regional de Agricultura um centro de competências, muito relevante na área do Bio e que seja único em Portugal e, que permita alavancar toda essa estratégia no setor primário, que é um setor muito importante para o território e continuará a ser um setor muito importante para o território se conseguirmos gerar mais valor e, com isso gerar mais economia e atrair também mais pessoas para cá. ----- Gostava, depois de pontualizar também, algo que foi feito no domínio do turismo, está sempre a ser feito de forma consistente e persistente, portanto, o nosso Posto de Turismo, continua a cumprir o seu papel e este ano já tem mais de 15 000 (quinze mil) visitantes registados, nós sabemos quem são as pessoas, porque é que elas visitam o posto de turismo, em que faixa etária em que se enquadram e, qual foi a razão pela qual foram lá. O objetivo, da região é, no domínio do turismo, nós temos 1,7 (uma virgula sete) noites de presença média dos turistas, o setor mesmo assim, representa a dados de 2021 (dois mil e vinte e um) um valor registado no INE, superior a 50 000 000,00€ (cinquenta milhões de euros) para o território, mas o nosso objetivo é chegar a 2,2 (duas virgula duas) noites e isso só se consegue de uma forma que é, se garantirmos que as pessoas que nos visitam independentemente, do facto, pelo qual vêm, consigam ficar mais tempo no território. Portanto, o Posto de Turismo cumpre essa função, como também a participação cruzada em feiras cumpre essa função, porque cada vez que estamos a participar numa feira internacional ou nacional estamos a mostrar a Marca Alto Tâmega e Barroso para todas as pessoas. Com base nisso estamos de alguma forma, também, a ajudar a que as pessoas nos conheçam e quando vêm, seja pela



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Nacional 2 de Chaves, seja pelas Termas de Chaves, seja pela sexta-feira 13, seja pelas feiras do fumeiro que se vão realizar agora em janeiro, em toda a região, ou na feira do foliar de Valpaços, ou sendo que vêm por Vila Pouca de Aguiar para visitar as minas, ou por Ribeira de Pena para poder passear no Pena Park Aventura, ou na futura pista de Esquiar, que vamos ter no território. O que é importante para nós é que as pessoas não fiquem menos tempo, que não fiquem numa estadia que normalmente em média vai de sexta a domingo ou, de sábado a domingo, mas temos que garantir que elas ficam mais um dia ou, pelo menos que regressem para poder visitar o resto do território é esse o nosso propósito. -----

Gostava de destacar, também, um projeto onde nós entramos numa área que nunca tínhamos entrado na verdade que é a área da cultura e, nunca tínhamos entrada porque não eramos beneficiários elegíveis e, passamos a ser neste quadro comunitário de apoio que está agora a findar e competitivamente fomos buscar dinheiro para a Comunidade Intermunicipal, fomos buscar cerca de 360 000,00€ (trezentos e sessenta mil euros), para utilizar na cultura. Decidimos envolver toda a gente que vivia da cultura e que quis trabalhar connosco. Não deixa de ser muito curioso, realizamos 72 (setenta e dois) espetáculos envolvendo 20 (vinte) bandas e grupos musicais, 18 (dezoito) ranchos folclóricos, eu próprio não tinha sequer a informação de que houvesse tantos ranchos folclóricos no nosso território, 4 (quatro) grupos de teatro, 5 (cinco) escolas de dança. Isto foi muito relevante, porquê? Porque permitiu que todos eles pudessem desempenhar a sua atividade. Fizemos espetáculos itinerantes no nosso território, portanto, nas diferentes organizações de um concelho e iam sempre atuar no próprio concelho e no concelho mais vizinho. Mas foi sobretudo muito relevante porque permitiu mostrar que temos uma extraordinária qualidade na área da cultura em diferentes áreas. Muitas vezes andamos à procura de grandes nomes a nível nacional e internacional, quando nós temos grandes nomes no nosso território neste domínio. Isto permitiu dar-lhes visibilidade e sermos conhecidos. -----

Passando, senhor Presidente, se me permite, para o último tópico pelo qual as Comunidades Intermunicipais foram inicialmente constituídas, o Interface que fazemos na gestão de fundos europeus em articulação com as CCDR e, com o Estado Português. Hoje sabemos com bastante precisão quanto é que representou o Portugal 20/20 (vinte, vinte), para a região e este é um bom ponto de partida, porque vamos negociar agora o 20/30 (vinte, trinta). Como, sabem o acordo de parceria foi fechado em junho/julho, mas os programas operacionais só foram aprovados pela União Europeia há 10 (dez) dias atrás, vai seguir agora em janeiro, fevereiro e março a negociação daquilo que serão os pactos de desenvolvimento para a região. E porque é que os pactos de desenvolvimento para a região são importantes? Porque o Alto Tâmega e Barroso, conseguiu (isto pode ser isso visto segundo os dois prismas, está bem!) conseguiu captar 202 000 000,00€ (duzentos e dois milhões de euros) para o território, em 14/20 (catorze, vinte). -----

E isto é importante porquê? Porque os pactos para a região que vêm através do programa operacional representam cerca de 47 000 000,00€ (quarenta e sete milhões de euros), destes 202 000 000,00€ (duzentos e dois milhões de euros). Significa o quê? Significa, que o pacto que vamos assinar a seguir provavelmente representa 25% (vinte e cinco por cento) de todo o dinheiro europeu que venha para o território nos próximos 10 (dez) anos e claro quanto maior for o montante melhor para o território. Se este valor de 202 000 000,00€ (duzentos e dois milhões de euros), fosse dividido pelo programa operacional da região norte que são 3,6 (três vírgula seis mil milhões), eu estaria muito contente, porque uma região que tem 2% (dois por cento), da população da região norte teria conseguido captar 5% (cinco por cento), do dinheiro que existiria disponível para a região norte. Mas, estamos a falar do Portugal 20/20 (vinte, vinte) e quando falamos do Portugal 20/20 (vinte, vinte) esta taxa de 5% (cinco por cento), desce para uma taxa muito próxima de 1% (um por cento). O que é que significa? Que 2% (dois por cento),



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

das pessoas da região norte só foram capazes de captar 1% (um por cento), em média dos recursos que havia disponíveis para a região Norte, juntando, não só o que a região norte tinha, mas o país todo que pôs na região norte e isto não nos deve deixar nada contentes. O que é que isto significa? Significa que alguns domínios e por isso é que é tão importante o AquaValor e, outros projetos que possam vir a surgir parecidos com o AquaValor. Nós não tínhamos sequer instituições para poder captar estes fundos, ou seja, sequer para poder concorrer para captar estes fundos e, por isso, é que é tão relevante uma iniciativa que acabou de ser assinada há uma semana atrás que foi a proposta de criação de um novo Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT), que vai juntar o Gerês Português com o Gerês Espanhol e que envolve 3 (três) Comunidades Intermunicipais da região norte. No nosso caso, só o Município de Montalegre fica integrado e que envolve a Deputacion de Ourense, e isto é relevante porque só este pacote transfronteiriço tem 370 000 000,00€ (trezentos e setenta milhões de euros). Nós temos uma AECT, é verdade que é Chaves/Verin, mas que não cobre a totalidade do território, nem conseguimos depois ir buscar verbas para outros Municípios, se não tivermos instituições que possam candidatar-se a elas próprias. É preciso perceber que do tal envelope de 200 000 000,00€ (duzentos milhões de euros), as nossas empresas foram capazes de ir buscar 54 000 000,00€ (cinquenta e quatro milhões), os Municípios foram capazes de ir buscar cerca de 100 000 000,00€ (cem milhões de euros) e claro aqui nota-se muito a diferença de dinâmica dos Municípios dos 100 000 000,00€ (cem milhões) ou dos 102 000.000,00€ (cento e dois milhões de euros), foram capazes de ir buscar os Municípios 40 000 000,00€ (quarenta milhões de euros), foi o Município de Chaves que foi capaz de ir buscar, isso significa que Chaves diretamente tem uma capacidade de ir buscar, superior a 40% (quarenta por cento), daquilo que é a capacidade de todo o território de ir buscar dinheiro mesmo ao nível Municipal. O que é mais relevante para nós é, que apareçam e existam outras instituições que consigam ir buscar dinheiro que esteja fora deste envelope que nos é atribuído pela CCDR Norte e, em articulação com o Governo, porque se isso acontecer vai ser possível trazer mais dinheiro e normalmente mais dinheiro para o território permite também, trazer mais economia porque mais pessoas se podem fixar, parecem-nos ser um desafio. Sendo certo, que aqui estamos a trabalhar todos uns contra os outros. Enquanto há a possibilidade de haver concertação em muito domínios, entre as diferentes Comunidades Intermunicipais, quando chega o dia de começarmos a dividir o dinheiro, acreditem, eu já estive em muitas reuniões dessas, a guerra instala-se de forma acesa. Ninguém nos vai dar nada se nós não formos capazes de defender aquilo que precisamos ter. Se tivermos capacidade para desenhar projetos a um nível supramunicipal, porque há verbas, que depois não vêm, para os pactos, que podem ser financiados, para esses projetos supramunicipais, julgo que o desafio é realmente esse. Termina e, dando conta claro (colocando-me à inteira disposição para as questões que entendam ser necessárias colocar) para lhes dar conta de que este é um exercício difícil que novamente nos remete para o domínio da capacitação. Se não tivesse havido verbas dentro do pacto da região para as nossas muito pequenas empresas, a verba que as nossas empresas eram capazes de captar nos programas temáticos nacionais, onde elas não concorrem dentro do território, mas concorrem a nível nacional era uma verba muito baixa. Ou seja, nós temos no território poucas empresas que têm capacidade para concorrer a fundos de uma forma competitiva, a nível nacional e novamente o exercício aqui neste sentido é um exercício de capacitação, é um exercício de capacitação a nível dos empresários, é um exercício de capacitação ao nível das empresas que ajudam os empresários, porque nós temos muita informação de que também as nossas pequenas empresas que são consultoras desses mesmos empresários, nem sempre, estão preparadas para poder concorrer ao nível de exigência que estas candidaturas obrigam, como também, sabemos, esta capacitação mesmo ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

nível dos Municípios às vezes não existe. Há Municípios muito diferentes dentro do Alto Tâmega e Barroso, não é comparável os Municípios mais pequenos com os Municípios maiores e por isso é que os Municípios maiores, têm maior capacidade de ir buscar dinheiro aonde muitos Municípios pequenos não conseguem ir buscar porque, mesmo eles próprios não tem pessoas que possam preparar candidaturas, que são sempre exigentes e, que obrigam sempre a ter um nível de competência elevado para concorrer a nível nacional. O domínio da capacitação na nossa opinião enquanto Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, continua a ser absolutamente indispensável sem descurar todas as outras áreas de atuação, como é a questão da mobilidade que é absolutamente critica. Em todos os fóruns surge sempre esta nossa vontade de algum dia podermos resolver o eixo horizontal do território que venha a ligar Valpaços a Montalegre e, que permita que a centralidade em Chaves, passe a ser maior do que aquilo que é hoje, na verdade, quer Montalegre, quer Valpaços têm maior probabilidade de sair do território do que se poderem centrar no próprio território. Esses aspetos são também muito importantes. -----

Termino e claro coloco-me à disposição das questões que entendam colocar-me. Muito obrigado. -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse: -----

Muito obrigado, Professor Ramiro Gonçalves, pela clareza e objetividade com que sempre nos expõe aqui a atividade da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso. -----

Seguiu-se a intervenção do senhor Deputado: -----

Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

Renovar os meus cumprimentos, senhor Presidente, demais Membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados Municipais., em nome do Grupo Municipal do PS, vir aqui só fazer um breve e ligeiro apontamento. Em primeiro lugar agradecer ao Professor Ramiro Gonçalves a sua disponibilidade para vir aqui pessoalmente dar-nos nota da atividade da Comunidade Intermunicipal, na sua qualidade de 1º Secretário. Em segundo lugar destacar o papel relevantíssimo, que as Comunidades Intermunicipais neste contexto e no contexto atual, detêm. Em terceiro lugar referir e parabenizar também o Professor Ramiro Gonçalves, porque de facto apontou aqui de forma bastante criteriosa todas as atividades, mas também, ao mesmo tempo destacando todos os obstáculos que existem e realmente sublinhando a necessidade da capacitação e, dando conta que efetivamente existe uma grande dificuldade ainda ao nível do fluxo de informação, porquê? Porque, também, precisamente devido a essa falta de capacitação como quando aponta, enfim, usando um eufemismo a parca capacidade que às vezes algumas instituições tem para se candidatar, porque exigem conhecimentos técnicos mais elaborados, mas lá está, aponta a solução, dá uma saída. E, assim, sendo em nome do Grupo Municipal parabenizar, novamente, fazendo jus ao seu bom trabalho esperando que assim continue e que faça cada vez mais e melhor. Muito obrigado, tenho dito: -----

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----

Renovo os cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa e respetivos vogais, senhora e senhores Vereadores, senhores Membros desta Assembleia Municipal e todos os que se encontram aqui presentes. Naturalmente, cumprimentar o Professor Ramiro Gonçalves, 1º Secretário da CIM, destacar o que foi esta informação, muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

circunstanciada e de forma muito sintética do que é a atividade da Comunidade Intermunicipal que tem sido objeto de incremento da capacitação. ----- Devo dizer que quando se iniciou este processo em 2018 (dois mil e dezoito), e quando o Professor Ramiro Gonçalves assumiu esta função, de facto, uma das grandes questões que foi discutida nesse contexto, era mesmo a questão da capacitação. Ela era transversal não só aos Municípios, não só à Comunidade Intermunicipal, mas também a toda a Comunidade e aos agentes desta mesma, empresários e associações. Portanto, isto é algo que foi desenhado e foi, de facto, uma das primeiras apostas e primeiras prioridades. Dizer que, ao invés de nos concentrarmos na obra de investimento, o que se identificou como sendo absolutamente estratégico para este território, foi sempre a questão da capacitação do conhecimento e da investigação. Portanto, todo este processo que, hoje, foi dito, quer no que diz respeito à mobilidade, quer no que diz respeito à capacitação com estas dimensões mais visíveis do AquaValor e da Escola Superior de Hotelaria e Bem-Estar, juntando também a Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa. Dizer que este trabalho foi o resultado de uma mobilização muito intensa da Comunidade Intermunicipal, do Professor Ramiro Gonçalves, dos 6 (seis) Presidentes de Câmara e de uma vontade muito determinada e consciente de qual era o caminho. O que se pretende e o que se quer aqui transmitir é que, de facto, há uma grande comunhão, uma grande visão que é partilhada por todos os Presidentes de Câmara que integram esta Comunidade Intermunicipal, agora, também do Barroso. Esta nota distintiva, ajuda-nos, em termos de georreferenciação no continente, onde é que nós ficamos em concreto, porque, de facto, as dúvidas eram muitas e éramos constantemente interpelados no sentido de saberem exatamente aonde é que estávamos. Dizer que, de facto, temos este trabalho muito intenso e, neste contexto, agradecer ao Professor Ramiro Gonçalves, não só naquilo que tem sido a sua capacidade estratégica, mas, sobretudo, a sua disponibilidade, porque têm sido dias muito exigentes, e quem sabe, durante a semana e ao fim de semana, de facto, as jornadas são sempre muito, muito intensas. Dizer que este trabalho é um trabalho que, na nossa perspetiva, começa a dar frutos, que é um trabalho colaborativo com os Municípios, todos sem exceções e, portanto, todo esse processo colaborativo vai desde, por exemplo, a área das florestas, porque, para além todos eles pagarem os 50% (cinquenta por cento) das brigadas que são geridas pela CIM, também têm brigadas no próprio território, passa também pelos transportes e pelo turismo. Isto é feito de forma coordenada, há, aqui, uma verdadeira coordenação e uma articulação que permite alcançar melhores resultados e que gera fundada expectativa de que possamos ir recuperando o muito atraso que ainda temos. Também no domínio dos transportes, agradeço esta nota explicativa e esta contextualização daquilo que têm sido as dificuldades relativamente a esta matéria, e isto, sim, é factual. Dá informação de contexto sobre as dificuldades que são muitas e que vão exigir da Comunidade Intermunicipal, enquanto Autoridade de Transportes, uma atenção permanente quanto a soluções e alternativas as mais adequadas àquilo que possam ser as necessidades do território em face desta nova realidade jurídica, das novas concessões que esperemos que aconteçam até ao Verão do próximo ano, que fique o processo concretizado. Esta nota distintiva que se dá da informação, da importância que tem a promoção conjunta e partilhada nas feiras, nas exposições e dar esta visão do território, enquanto um território que agrega um conjunto de recursos, um conjunto de produtos turísticos absolutamente essenciais, seja através do Posto de Turismo do Alto Tâmega e desta decisão de o colocar em Chaves, enquanto porta de entrada e porta giratória do turismo, seja nesta visibilidade que se quer ter fora do território, da articulação e da proximidade que se tem com os nossos agentes a quem se dedica esta atividade turística na hotelaria, nos produtos locais, no vinho e no mel, enfim, numa infinidade de produtos locais importantes. Dizer que se nota uma visão integrada, conjunta, partilhada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

e simbiótica. Também é evidente que isso acontece na cultura. Portanto, quando têm visto nas últimas semanas, ou meses, uma profícua atividade cultural nesses concelhos, seja na dança, seja na música, seja noutros domínios, muitas dessas pequenas atividades que foram feitas no território e foram mais de 70 (setenta), foram feitas e promovidas pela Comunidade Intermunicipal, financiadas através de uma candidatura especificamente criada para o efeito e foram feitas articuladamente com todos e cada um dos municípios, fazendo o quê? Valorizando os nossos ativos, neste caso, culturais e também musicais num sentido mais amplo, também na logística própria dos Municípios, porque é isto que nos torna mais fortes e mais coesos. Terminando, agradecer o trabalho profícuo e competente que tem sido feito pela Comunidade Intermunicipal liderada, no que diz respeito à área técnica, pelo Professor Ramiro Gonçalves e desejar que o próximo processo mais desafiante que é a contratualização dos fundos comunitários no contexto do Portugal 20/20 (vinte, vinte), particularmente, no que diz respeito ao norte 20/30 (vinte, trinta), seja feita naquilo que são os nossos objetivos partilhados por todos, no sentido de que nós possamos verdadeiramente captar mais investimentos e que possamos ganhar esta dimensão de aumentar a base de captação de investimento, que possa ser não só pelos Municípios, mas que seja também pelas empresas e pelo sistema científico, agora através do AquaValor e da Escola do Turismo do Alto Tâmega. Portanto, agradecer muito o trabalho e naturalmente desejar-lhes Boas Festas, um Bom Natal e um Feliz Ano de 2023 (dois mil e vinte e três). Um bom trabalho. Obrigado. -----

Encerrou o debate deste ponto o 1º Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, Professor Doutor **Ramiro Manuel Ramos Moreira Gonçalves**. -----

Muito obrigado, pelas palavras e sobre tudo desejar a todos boas festas, não desejei há pouco, porque pensava que ainda ia intervir, que tudo corra pelo melhor essencialmente o que precisamos é que tudo estabilize e que exista saúde. Muito obrigado, a todos pelo apoio e continuamos porque eu digo sempre o Alto Tâmega e Barroso somos mais de 84.000 (oitenta e quatro mil) pessoas e temos que continuar a trabalhar todos assim desta forma. Está bem? Muito obrigado. -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse: -----

Quero em meu nome pessoal e em nome, julgo, que desta Assembleia, desejar-lhe um Bom Natal e um Ano Novo repleto de muitos sucessos quer a nível pessoal, quer a nível profissional. Muito obrigado pela sua presença. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 7 – DEFINIÇÃO DA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A LIQUIDAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2023. PROPOSTA Nº 104/GAP/2022; -- O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Bom dia, novamente, cumprimentar o senhor Presidente da Mesa e restantes elementos, senhores Vereadores e membros desta Assembleia Municipal, vou tentar ser aquilo que eu sei que não consigo ser, que é ser sintético, porque também tenho defeitos. -----

Dizer que esta proposta não tem novidade nenhuma relativamente ao ano anterior, é no essencial a mesma, assenta nos mesmos pressupostos, a única novidade, é uma certeza, taxa mínima e benefícios máximos, é o que podemos fazer. Portanto, numa lógica dos dependentes e também no que diz respeito àquilo que são estas políticas de gestão do edificado, apoiando aqueles que querem reabilitar e agravando as taxas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

aqueles que querem manter o edificado degradado e não o querem colocar no mercado. Portanto, são estas as tónicas e por aqui me fico. Se houver necessidade de alguma explicação e alguma nota mais particular, estarei disponível para a aclarar. Por último, dizer que no ano de 2021 (dois mil e vinte e um), penso que foi em 2021 (dois mil e vinte e um), penso que sim, mas posso me enganar, tivemos um ligeiro decréscimo, cerca de 5% (cinco por cento) na receita do IMI. -----

Seguiu-se a intervenção do senhor Deputado: **Fernando Miguel Borges Valpaços**, pelo **PS**, -----

“Muito bom dia, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora Vereadora, senhores vereadores, membros eleitos, funcionários de apoio, comunicação social e público presente. ----- Em relação a este ponto, dizer o seguinte: o Executivo Municipal liderado pelo Partido Socialista, depois de ter assumido e cumprido no anterior mandato o compromisso eleitoral de baixar a taxa do Imposto Municipal sobre imóveis, volta a propor pelo terceiro ano consecutivo a manutenção da taxa no seu valor mínimo, ou seja 0,30 pontos percentuais. -----

Dizer também que à semelhança do que aconteceu em anos anteriores, propõe este executivo, um benefício fiscal em função dos dependentes a cargo das famílias. Assim, se o agregado familiar tiver um dependente a cargo, a dedução será 20 euros; 2 será 40 euros; e três ou mais será 70 euros, na respetiva coleta. -----

A proposta mantém também, naquilo que são as minorações e as majorações, algumas medidas que pretendem promover políticas de incentivo à regeneração urbana e revitalização do Centro Histórico da cidade, não só premiando os proprietários que façam obras de reabilitação nos seus imóveis, mas também penalizar os proprietários que descurem essa manutenção, propondo: -----

redução de 15% da taxa do IMI para os prédios localizados em áreas de reabilitação urbana que não se encontrem em estado de ruína ou devolutos; -----

redução de 15% da taxa de IMI a aplicar aos prédios urbanos arrendados localizados na ARU do centro histórico e que pode ser cumulativa com o anterior, portanto, estamos a falar de uma redução de 30%; -----

majoração de 30% da taxa de IMI a aplicar aos prédios degradados que independentemente da sua localização não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens. -----

e elevar anualmente ao triplo, a taxa de IMI prevista para os prédios urbanos que se encontrem em ruínas ou devolutos há mais de 1 ano. -----

Medidas que permitem diminuir a carga fiscal sobre as famílias flavienses, contribuindo para o aumento do seu rendimento, principalmente no contexto atual de crise económica que vivemos e sobretudo, demonstrar que não será pela via do aumento da carga fiscal sobre as famílias que o Partido Socialista pretende aumentar as receitas do município. Pelo exposto o Grupo Municipal do Partido Socialista, votará, naturalmente, a favor da proposta. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 8 – FIXAÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL DE “DERRAMA” REFERENTE A 2022 E A COBRAR EM 2023. PROPOSTA Nº 103/GAP/2022; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Muito bom dia, cumprimentar a Mesa, os senhores Vereadores, os demais membros desta Assembleia Municipal e todos os que se encontrem nesta sessão. -----

Dizer que esta proposta de derrama se repete nos seus postulados e considerações no que diz respeito à proposta que foi aqui trazida no ano transato, assenta basicamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

em duas ou três primícias: A primeira, é numa lógica de alargar o máximo possível a base de financiamento do Orçamento Municipal e de forma equilibrada, repartindo por todos no que diz respeito aos impostos de âmbito local e o seu contributo para a concretização daquilo que são os projetos de relevante interesse Municipal. -----

Portanto, neste caso, à semelhança do que fizemos no ano passado, o que nós propomos relativamente à derrama, como sabem é o adicional relativamente ao imposto que incide sobre as empresas, o IRC, e, nesse contexto, o que nós propomos, é uma isenção deste imposto no que respeita às empresas com sede em Chaves que tenham um volume de negócios até 150 000,00€ (cento e cinquenta mil euros). Depois, utilizando aquilo que são as prerrogativas que constam do nosso Regulamento Municipal de Benefícios Fiscais, permitir que as empresas que tenham um volume de negócios entre 150 000,00€ (cento e cinquenta mil euros) e 300 000,00€ (trezentos mil euros), possam também beneficiar dessa isenção, sempre e quando contribuam para o emprego líquido, Naturalmente com uma graduação distinta em função da dimensão das empresas, e no caso concreto, das microempresas, estamos a falar apenas de um trabalhador, presumo eu, mantido ou criado nos dois anos anteriores. Portanto, assim é esta a graduação, relativamente às médias e grandes empresas dizer também que, pese embora, não poder partilhar essa informação com vossas excelências, temos pela primeira vez informação desagregada sobre os sujeitos passivos sobre os quais incide este imposto. Se antes estava certo da justiça social deste imposto, hoje estou mais certo ainda dessa justiça, porque são cerca de 367 (trezentas e sessenta e sete) as empresas que pagam derrama, e delas, há só uma que representa mais de 140 000,00€ (cento e quarenta mil euros), as demais são empresas ligadas à distribuição, aos seguros, às farmácias, à banca e uma ou outra empresa de construção, também algumas empresas de imobiliário, estamos a falar de valores que nalguns casos não superam os 100,00€ (cem euros) e outros os 200,00€ (duzentos euros) e outros os 300,00€ (trezentos euros). E, portanto, não podendo revelar, por razões de sigilo fiscal, se antes estava certo da justiça social deste imposto, hoje estou absolutamente certo que devemos continuar a mantê-lo, não só para este exercício, mas também para os futuros. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com 55 (cinquenta e cinco) votos a favor e 12 (doze) abstenções. -----

PONTO 9 – CRIAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), PARA O ANO DE 2023. PROPOSTA Nº 105/GAP/2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 10 – PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DE TARIFÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS PARA O ANO DE 2023 -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Muito bom dia, cumprimentos à Mesa, aos senhores Vereadores, aos demais membros desta Assembleia Municipal e a todos os que se encontram nesta sessão. -----

Dizer que relativamente a esta matéria e sem prejuízo das explicações futuras e fundamentações mais particulares sobre cada questão que, porventura, surja e alguma dúvida que se ponha, dizer antes de mais, uma nota prévia, é uma opinião minha, o tarifário é competência da Câmara Municipal e só deve vir à Assembleia Municipal para conhecimento para que os Membros possam ter informação sobre a evolução dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

preços, de qualquer das formas, fica esta nota para que possa ser ponderada e tomada uma decisão ainda que a proposta dos serviços tenha induzido em erro os Órgãos, enfim, há também lapsos que se cometem. Depois fazer algumas considerações muito simples que eu vou deixar aqui sobre este tarifário. Este tarifário, como sabem, agrega 3 (três) tarifas diferentes, uma tem a ver com água, outra tem a ver com os efluentes urbanos e outra tem a ver com resíduos sólidos urbanos, vou-me referir a cada um deles de forma separada. -----

No que diz respeito ao abastecimento de água há necessidade de se fazer aqui uma explicitação relativamente à evolução dos tarifários da água em alta, naquela que é fornecida ao Município em alta pelas Águas do Norte e aquilo que tem sido a evolução dessa tarifa. Podemos também discutir a questão que tem a ver com a TRH, que é a Taxa de Recursos Hídricos ou a TGR, que é a Taxa de Gestão de Resíduos e, portanto, da sua evolução, vou só dar notas muito breves. Por exemplo, relativamente àquilo que tem a ver com o incremento significativo daquilo que é a tarifa na disponibilização da água, aquela água que a Câmara paga à empresa que no-la fornece em alta, houve um incremento de 2022 (dois mil e vinte dois) para 2023 (dois mil e vinte e três) de 2,70% (dois vírgula setenta por cento), no acumular desde 2017 (dois mil e dezassete) é de 9% (nove por cento). Mas, por exemplo, no TRH para o ano há uma estabilização no que concerne a esta taxa, mas desde 2017 (dois mil e dezassete), o incremento é de 87,22% (oitenta e sete, vírgula vinte e dois por cento). Se olharmos para a questão do saneamento, também estamos a falar sempre em alta e não em baixa, é aquilo que o Município tem que suportar por conta do tratamento, no caso concreto, dos efluentes, neste caso, mais uma vez por parte das Águas do Norte, se a tarifa vai ter um incremento para 2023 (dois mil e vinte e três) de 2,70% (dois vírgula setenta por cento), o que leva a um acumulado desde 2017 (dois mil e dezassete) de 8,04% (oito vírgula zero quatro por cento), a verdade, é que no TRH, esse acumulado desde 2017 (dois mil e dezassete) é já de 20,97% (vinte vírgula noventa e sete por cento). Por outro lado, se quisermos ter em consideração aquilo que é a evolução do tarifário do serviço público de abastecimento de água e de saneamento e de águas residuais, aquilo que tem sido e que são os tarifários aprovados pelo Município no que diz respeito à cobrança das tarifas relativamente aos seus consumidores, a evolução é muito sumariamente a seguinte: no doméstico a proposta que nós temos para o próximo ano é, e depois eu explicarei isso em cada um dos escalões, de 0% (zero por cento), no que diz respeito ao não doméstico, é também de 0% (zero por cento), sendo certo, se nós tomarmos em consideração, por exemplo, o comparativo entre 2017 (dois mil e dezassete) e 2023 (dois mil e vinte e três), percebemos que no doméstico houve um decréscimo de 5,88% (cinco vírgula oitenta e oito por cento), no não doméstico houve um decréscimo de 1,89%, (um vírgula oitenta e nove por cento), falei da água. -----

No que diz respeito ao saneamento no doméstico, nas tarifas até à quarta, o incremento do tarifário é de 0% (zero por cento), no que diz respeito ao não doméstico é de 0% (zero por cento), também. Se compararmos o acumulado desde 2017 (dois mil e dezassete) até hoje, no doméstico, há um decréscimo de 1,25% (um vírgula vinte e cinco por cento), no não doméstico de 0,57% (zero vírgula cinquenta e sete por cento). Depois, detalhadamente dizer o seguinte: manutenção da tarifa fixa e da tarifa variável no serviço de abastecimento e de saneamento aplicável aos utilizadores domésticos 1º, 2º e 3º escalões de consumo, apesar do incremento de 2,70% (dois vírgula setenta por cento), proposto pelas Águas do Norte; alteração do valor da tarifa no variável aos utilizadores domésticos apenas no 4º escalão de consumo, que passa de 2,8689 (dois vírgula oitenta e seis oitenta e nove) por metro cúbico para 3,0937 (três vírgula zero noventa e três sete) o que corresponde a um aumento de 7,8% (sete vírgula oito por cento) este é o valor da taxa de inflação medida pelo índice realizado pelos preços ao consumidor prevista pelo Banco de Portugal para 2022 (dois mil e vinte e dois), de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

acordo com o boletim económico de outubro, provavelmente ficará aquém daquilo que é a inflação registada no final do ano. Com este incremento apenas no 4º escalão, estamos a falar para os consumidores com mais de 25m³ (vinte e cinco metros cúbicos) por mês, pretende-se, sobretudo, promover uma redução de consumo, procurando uma utilização mais responsável e sustentável da água; na manutenção da tarifa fixa e da tarifa variável aplicada ao tarifário social 1º e 2º escalão do consumo e ao tarifário para famílias numerosas 1º, 2º e 3º escalão de consumo, alteração do valor da tarifa variável aplicada ao tarifário social no 3º escalão, ao tarifário para as famílias numerosas no 4º escalão passa de 2,8689m³ (dois vírgula oitenta e seis oitenta e nove metros cúbicos) para 3,0937 (três vírgula zero noventa e três sete) o que corresponde a um aumento de 7,8% (sete vírgula oito por cento), implementação de uma tarifa para fornecimento de água através de cisternas no valor de 3,0297 (três vírgula zero dois nove sete), estamos a falar daquele transporte de água que habitualmente é feito para encher as piscinas durante o verão; alteração da TRH referente à água, sofre um incremento, como já dissemos antes, de 0,311m³ (zero vírgula trezentos e onze metros cúbicos), para 0,344m³ (zero vírgula trezentos e quarenta e quatro metros cúbicos) em 2023 (dois mil e vinte e três); alteração da TRH referente ao saneamento de 0,0076m³ (zero vírgula zero zero setenta e seis metros cúbicos) para 0,0089m³ (zero ponto zero zero oitenta e nove metros cúbicos) para 2023 (dois mil e vinte e três). -----

Como já perceberam, o critério e a motivação desta proposta é manter em regra os tarifários, salvo no último escalão, que tem a ver apenas com razões de cariz da sustentabilidade e de indução à poupança. Entendemos que nestes domínios, que são domínios, como sempre dissemos, até hoje, que há um potencial de eficiência muito significativo. Entendemos que o esforço deve ser feito pelo lado do Município no sentido que progressivamente em cada ano, nós possamos acomodar o incremento, que tem sido substancial, das tarifas de aquisição da água em alta e de tratamento do saneamento até que nós tenhamos para apresentar um valor de perdas que seja aceitável. Nesse momento, teremos que falar, porque numa perspetiva apenas meramente orçamental, não económica, de fluxos de entrada e de saída o Município de Chaves, hoje, entre saneamento, água e resíduos sólidos urbanos tem um déficit de 1,1 (um vírgula um milhões de euros), repito 1,1 (um vírgula um milhões de euros) e, portanto, há naturalmente que fazer um esforço. Este esforço, no que diz respeito à água e ao saneamento, é um esforço que é interno de poupança das perdas para que nós possamos ter um melhor desempenho. Já uma situação diferente, no que concerne aos resíduos sólidos urbanos, aí sim, aí há necessariamente uma alteração, porquê? Porque a situação alterou-se de forma muito radical. Permitam-me só que dê aqui duas ou três notas importantes, para explicitar os fundamentos em que se ancorou esta proposta que foi aprovada em sede de Reunião de Câmara quanto à questão daquilo que é a evolução do tarifário de serviço de gestão dos resíduos urbanos desde 2017 (dois mil e dezassete). A tarifa em 2017 (dois mil e dezassete) era por tonelada 34,08€ (trinta e quatro euros e oito centimos), é ou vai ser em 2023 (dois mil e vinte e três) de 54,35€ (cinquenta e quatro euros e trinta e cinco centimos). -----

Aprovado o tarifário já pelo regulador entre 2022 (dois mil e vinte dois) e 2023 (dois mil e vinte e três), estamos a falar de um incremento de 25,32% (vinte e cinco vírgula trinta e dois por cento), se compararmos o acumulado desde 2017 (dois mil e dezassete), estamos a falar de um incremento de 59,48% (cinquenta e nove vírgula quarenta e oito por cento), eu repito 59,48% (cinquenta e nove vírgula quarenta e oito por cento). Mas, se formos à TRH por tonelada o valor em 2017 (dois mil e dezassete) era de 7,30€ (sete euros e trinta centimos) em 2023 (dois mil e vinte três), ele será de 25,00€ (vinte e cinco euros), portanto, estamos a falar de um acumulado desde 2017 (dois mil e dezassete) de 242,47% (duzentos e quarenta e dois vírgula quarenta e sete



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

por cento) sendo que no ano em causa para 2023 (dois mil e vinte e três), o incremento é de 13,64% (treze vírgula sessenta e quatro por cento). -----

Mas, se quisermos falar não apenas do tratamento mas da recolha bastará dizer que o incremento que tivemos, é verdade que também se sentiu ao nível da melhoria daquilo que é a recolha de lixo no nosso concelho, nos últimos anos está num nível de qualidade muito acima daquilo que era o histórico dos anos anteriores, isso traduziu-se num custo maior, mais acentuado no que diz respeito ao custo com esse tratamento, um custo muito assinalável que foi quase para o dobro, estamos a pagar pela recolha bem acima dos 750 000,00€ (setecentos e cinquenta mil euros) por ano. -----

Mas, se compararmos a evolução do tarifário, estávamos a comparar o tarifário em alta com o tarifário em baixa, o tarifário em baixa, o doméstico, houve, se compararmos e se utilizarmos os mesmos critérios comparativos em 2017 (dois mil e dezassete), ele era de 0,2905 (zero virgula vinte e nove zero cinco) e em 2023 (dois mil e vinte e três) propõe-se que seja 0,2664 (zero vírgula vinte e seis sessenta e quatro), portanto, se compararmos 2017 (dois mil e dezassete) com 2023 (dois mil e vinte e três), ainda assim, com a proposta que nós fazemos de ajustamento, ele estará 8,30% (oito vírgula trinta por cento) abaixo, se compararmos apenas o ano de 2022 (dois mil e vinte e dois) com o ano de 2023 (dois mil e vinte e três) ele terá um incremento, que eu já falei antes de 7,80% (sete vírgula oitenta por cento) que é a inflação esperada. -----

No não doméstico se compararmos a tarifa em 2017 (dois mil e dezassete) que era 0,3289 (zero virgula trinta e dois oitenta e nove) com a tarifa que se propõe para 2023 (dois mil e vinte e três) de 0,3079 (zero vírgula trinta setenta e nove), então a evolução é, ainda assim, uma evolução negativa, redução de 6,38% (seis vírgula trinta e oito por cento), mas se nos ativermos apenas ao ano de 2023 (dois mil e vinte e três) o incremento será de 7,8% (sete virgula oito por cento). -----

Portanto, em suma, o que nós estamos aqui a propor, é que a manutenção da tarifa fixa do serviço público de gestão de resíduos sólidos urbanos aplicados aos utilizadores domésticos, aos utilizadores não domésticos, ao tarifário social, ao tarifário para famílias numerosas e ao tarifário especial, a alteração da tarifa variável do serviço público de gestão de resíduos sólidos urbanos aplicável aos utilizadores domésticos, ao tarifário social e ao tarifário para famílias numerosas que passe de 0, 2471 (zero virgula vinte e quatro setenta e um) por tonelada em 2022 (dois mil e vinte e dois) para 0,2664 (zero virgula vinte e seis sessenta e quatro) por tonelada no ano de 2023 (dois mil e vinte e três). A alteração da tarifa variável nos serviços públicos de gestão de resíduos sólidos urbanos aplicados aos utilizadores não domésticos passa de 0,2856 (zero virgula vinte e oito cinquenta e seis) em 2022 (dois mil e vinte e dois) para 0,3079 (zero vírgula trinta setenta e nove) em 2023 (dois mil e vinte e três), as alterações propostas correspondem a um aumento de 7,8% (sete vírgula oito por cento). Este, é o valor da taxa de inflação, como já referi antes, utilizado com base no índice harmonizado de preços aos consumidores, avançado em Boletim pelo Banco de Portugal. -----

Este incremento, prende-se aqui numa lógica diferente, por um lado, dar algum equilíbrio, ainda assim não consegue, àquilo que tem a ver com o equilíbrio da despesa e da receita neste domínio, mas, diga-se, contrariamente ao que acontece na água e no saneamento em que o espaço de margem de crescimento e de eficiência está do lado da entidade gestora. Aqui, também é verdade que está do lado da entidade gestora, mas também está muito nos utilizadores que têm que fazer um esforço ou temos que fazer um esforço na melhoria de comportamentos, traduzidos na separação e na reutilização. Portanto, fica aqui esta nota no sentido de que possa ser ajustado. É isto que nós trazemos aqui, na minha perspetiva para conhecimento, mas a Mesa e a Assembleia Municipal com a sua magnanimidade tomarão a decisão que entenderem sobre o assunto e sobre o tipo de deliberação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Naturalmente, estou disponível para algum conhecimento pormenorizado sobre algum aspeto em particular para que possam ficar verdadeiramente inteirados sobre esta matéria. Obrigado a todos. -----

Seguiu-se a intervenção da senhora Deputada: -----

Melissa Alexandra Carvalho Lopes, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

“Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta, Público, Comunicação social e demais presentes. -----

É do conhecimento público que nos últimos anos, sucessivamente, os custos do Município com o fornecimento e tratamento da água, bem como a gestão dos resíduos urbanos têm aumentado significativamente. Desde 2017 que as tarifas, bem como as taxas tem vindo a aumentar. E todos os anos este aumento de custos tem sido acomodado no orçamento municipal, ou seja, não fazendo repercutir nos consumidores qualquer agravamento do preço. -----

Denotamos que a proposta ora apresentada importa, no abastecimento e saneamento, um agravamento da tarifa variável apenas aos consumidores domésticos que se enquadram no 4º escalão, isto é, um consumo superior a 25m³, procurando-se assim uma co-responsabilização dos mesmos numa maior eficiência no seu consumo e uma utilização mais sustentável e racional da água. -----

Sublinhamos que este aumento se refere apenas ao 4º escalão dos consumidores domésticos. -----

Sendo certo que aquilo que nos é proposto é um aumento alinhado com os valores da inflação, desejando-se também que haja uma preocupação dos municípios e consumidores para uma maior eficiência, designadamente no que se refere à reciclagem, em termos concretos importará para o agregado familiar apenas um agravamento inferior a 0.70€, merecendo desta forma a aprovação do grupo municipal do PS. -----

Parece-nos uma proposta equilibrada, dando resposta aos tarifários das famílias com menos rendimentos, a designada tarifa social e tarifários para famílias numerosas, bem como se trata de uma proposta com uma perspetiva de responsabilidade ambiental e mais eco sustentada. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com 48 (quarenta e oito) votos a favor e 17 (dezassete) abstenções. -----

PONTO 11 – PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2023 DA EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, E.I.M, S.A. INFORMAÇÃO Nº 38/DGF/2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----

Não se registaram intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 12 – RELATÓRIOS TRIMESTRAIS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (1º E 2º T 2022) E INFORMAÇÃO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA A 30 DE JUNHO DE 2022 DA EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, E.I.M, S.A. INFORMAÇÃO Nº 35/DGF/2022;- -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----

Não se registaram intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

PONTO 13 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA INTERMUNICIPAL ENTRE OS MUNICÍPIOS DO ALTO TÂMEGA (ACIONISTAS) E A EHATB-EMPREENHIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A - ANO 2022. PROPOSTA N.º 134/GAPV/2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 14 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A EHATB-EMPREENHIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A. – ANO 2022. PROPOSTA N.º 135/GAPV/2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 15 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES 2022 – ATUALIZAÇÃO DO ANEXO I. PROPOSTA N.º 125/GAPV/2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 16 - PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS PMDFCI – APROVAÇÃO. INFORMAÇÃO-054/GTF/2022; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Só para explicar muito rapidamente. Antes de mais, cumprimentando todos. -----

Isto é uma obrigação legal que decorre da necessidade do planeamento em cascata, foi aprovado o Plano Nacional e o Plano Regional, agora é necessário dar tradução a nível local. Portanto, é uma obrigação, aliás, penso que foi na última reunião da Assembleia Municipal que fui questionado pelo senhor Presidente do CDS/PP e Membro desta Assembleia Municipal, em que nós dissemos que estávamos a preparar e a ultimar esta a proposta que vem aqui para ser aprovada, para que nós cumpramos com as nossas obrigações em matéria de defesa da floresta contra incêndios rurais, de facto, para que nós tenhamos todos os instrumentos, designadamente estes de planeamento, é basicamente esta a nota. Perceberam que é um documento que tem cerca de 600 (seiscentas) páginas, tem 3 (três) dossiês e é de facto muito extenso, mas muitos deles são similares a todos os outros. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 17 - DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE 1 CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL. PROPOSTA N.º 124/GAPV/2022; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Eu vou aproveitar só para cumprimentar a Mesa, o senhor Presidente, a senhora secretária, o senhor secretário, os senhores vereadores, os senhores Membros desta Assembleia Municipal, senhores Presidentes de Junta, público aqui presente e todos os funcionários do Município que deram tradução no apoio a esta iniciativa, cumprimentar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

todos e todas e desejar, antes de mais, um bom Natal, excelentes Festas e, sobretudo, saúde para o próximo ano, é isso que desejo na proporção que eu peço para mim. ---- Quanto a este assunto, é muito simples, tem a ver com a necessidade de a Assembleia Municipal aprovar ou não aquilo que é a proposta de constituição de Júri. A competência para a abertura do concurso tendente ao recrutamento de dirigentes, neste caso, de 2º grau, penso que é minha, no entanto, relativamente à definição do Júri, isso é uma competência da Assembleia Municipal. Como estão em causa pessoas, essa votação deve ser feita por voto secreto e, nessa perspetiva, é isso que acontece. No caso em concreto, é para provimento da Divisão de Educação e Ação Social cuja comissão de serviço cessou, terminou pelo decurso do prazo. Muito obrigado. ----- Não se registaram intervenções. -----

A votação foi efetuada por escrutínio secreto, tendo sido aprovada por maioria, com 64 (sessenta e quatro) votos a favor, 1 (um) voto contra e 2 (dois) votos em branco. -----

PONTO 18 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE. PROPOSTA Nº 101/GAPV/2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ---- Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 19 – ANÁLISE DO 8.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “REABILITAÇÃO DO HOTEL PREMIUM CHAVES – AQUAE FLAVIAE” CLASSIFICADO COMO PIM - INFORMAÇÃO Nº 37/DDE/2022 DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA DE 25.11.2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ---- Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 20 - JUNTA DE FREGUESIA DE ERVEDEDO, NA EM507-1, JUNTO AO LAR DE SÃO TIAGO, - NA LOCALIDADE DE COUTO DE ERVEDEDO, FREGUESIA DE ERVEDEDO – PROCESSO Nº 871/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 610/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 18/10/2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ---- Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 21 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, – NUM CRUZAMENTO ENTRE A RUA DO OUTEIRO E A ESTRADA MUNICIPAL 507, – FREGUESIA DE BUSTELO - PROCESSO Nº 792/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 521/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ARQUITETO TIAGO LOPES, DATADA DE 09/09/2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ---- **Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

PONTO 22 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, A PEDIDO DO SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA VILARELHO DA RAIA – NUM CRUZAMENTO COM A RUA DO BAIRRO DO CAMPO (RUA CENTRAL), – FREGUESIA DE VILARELHO DA RAIA - PROCESSO Nº 777/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 525/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 12/09/2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 23 - SOLICITA A COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO DE FORMA A IMPEDIR A CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS, NA AVENIDA DOS ALIADOS E NO TERREIRO DE CAVALARIA (JARDIM DO BACALHAU) – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 865/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 541/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 15/09/2022, -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 24 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE FAIÕES – EM TRÊS CRUZAMENTOS DE VIAS SECUNDÁRIAS COM A EN 103-5 – FREGUESIA DE FAIÕES - PROCESSO Nº 809/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 562/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 22/09/2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 25 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, – NA POVOAÇÃO DE SÃO VICENTE DA RAIA – FREGUESIA DE SÃO VICENTE DA RAIA - PROCESSO Nº 807/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 566/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 26/09/2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 26 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, – A PEDIDO DOS MORADORES DA RUA DO GIRASSOL, - NA RUA DO GIRASSOL, – EM SANTA CRUZ/TRINDADE, - FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - PROCESSO Nº 884/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 607/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 18/09/2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 27 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, - NA ESTRADA DE LIGAÇÃO ENTRE SANJURGE (RUA CENTRAL) E SOUTELO (RUA DOS OUTEIRINHOS), – FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - PROCESSO Nº 899/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 615/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 20/10/2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 28 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, - A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - NA ESTRADA DE LIGAÇÃO ENTRE SANJURGE (RUA CENTRAL) E SOUTELO (RUA DOS OUTEIRINHOS), – FREGUESIA DE SANTA CRUZ TRINDADE E SANJURGE - PROCESSO Nº 952/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 641/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 27/10/2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 29 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, – NA RUA DO TERREIRO DE CAVALARIA, A PEDIDO DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 989/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 646/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 04/11/2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 30 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, – NA AVENIDA DOS ALIADOS, A PEDIDO DA EMPRESA TRISERVICE – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS, COMO REPRESENTANTE DO CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO BOEGA, – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 1017/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 647/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 04/11/2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 31 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, – NA RUA DR. JOÃO MORAIS, – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 1069/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 675/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 10/11/2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 32 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO PARA CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO AUTOMÓVEL, – NOS ACESSOS AO JARDIM PÚBLICO, – FREGUESIA DA MADALENA E SAMAIÕES - PROCESSO Nº 1068/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 678/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 10/11/2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----

Não se registaram intervenções. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 33 - SOLICITA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO, – NA AVENIDA 1º DE MAIO, NA POVOAÇÃO DE LOIVOS, – FREGUESIA DE LOIVOS E PÓVOA DE AGRAÇÕES - PROCESSO Nº 802/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 548/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 16/09/2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 34 - SOLICITA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO, – NA EM 311, NA POVOAÇÃO DE LOIVOS E NA EM 311 NA POVOAÇÃO DE SEIXO – FREGUESIA DE LOIVOS E PÓVOA DE AGRAÇÕES - PROCESSO Nº 864/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 549/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 19/09/2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 35 - SOLICITA IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO, – NA RUA DO TELHADO, – NA FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 833/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 584/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 29/09/2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 36 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE RAILS E SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, - NA EM535, – EM SOUTELO E SEARA VELHA, FREGUESIA DE SOUTELO E SEARA VELHA - PROCESSO Nº 901/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 616/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 20/10/2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 37 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE LOMBA REDUTORA DE VELOCIDADE, - A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM - NA POVOAÇÃO DE AGOSTÉM, – FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM - PROCESSO Nº 918/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 639/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 27/10/2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 38 - SOLICITA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA VIÁRIA, – NO CAMINHO MUNICIPAL CM1062, QUE LIGA A POVOAÇÃO DE CASAS DE MONFORTE À EN103, – FREGUESIA DE ÁGUAS FRIAS - PROCESSO Nº 834/22 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 579/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 28/09/2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 39 - SOLICITA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA VIÁRIA, – A PEDIDO DO SR. RICARDO JOSE BORGES FERNANDES ALVES, NO CRUZAMENTO ENTRE A EM507 E A VIA DE ACESSO À POVOAÇÃO DE BUSTELO (EM507-2), – FREGUESIA DE BUSTELO E FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - PROCESSO N.º 861/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 585/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 29/09/2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 40 - SOLICITA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA VIÁRIA, – NO CAMINHO MUNICIPAL CM1062, NA ZONA A SUL DA POVOAÇÃO DE PARADELA, – FREGUESIA DE PARADELA - PROCESSO N.º 828/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 580/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 28/09/2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 41 - SOLICITA MARCAÇÃO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PARA PESSOA COM MOBILIDADE CONDICIONADA, A PEDIDO DE MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES PEREIRA CABRAL FERREIRA, – NA ZONA ADJACENTE AO EDIFÍCIO GRUPO DESPORTIVO DE CHAVES, NA AVENIDA DO ESTÁDIO, – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO N.º 903/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 642/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 02/11/2022. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Por último, no uso da palavra o senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse: Referir em meu nome pessoal e em nome da Mesa que passámos um ano de mandato, foi um ano produtivo, houve momentos de alguma dureza política sem, no entanto, chegarmos a momentos de corte. Portanto, é esta a vida política, assim se faz política, quero agradecer a todos a colaboração nos momentos em que houve necessidade dessa colaboração. -----

Por fim, desejar a todos os presentes e também aos ausentes um Feliz e Santo Natal e que o próximo ano seja repleto de coisas boas, muitas realizações, claro que estes votos são extensivos à Câmara Municipal na pessoa do senhor Presidente e dos senhores Vereadores, às senhoras e aos senhores Deputados Municipais, a todos os Grupos Municipais, aos senhores e senhoras Presidentes de Junta de Freguesia e, também, à nossa estrutura de apoio e aos funcionários que aqui estão connosco e que nos dão este apoio indispensável para o bom funcionamento. Bom ano e muito obrigado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

e deu por encerrada a presente Sessão da Assembleia Municipal. -----
De seguida, deu como encerrados os trabalhos da presente Sessão, de que, para constar, foi lavrada a presente Ata, assinada pelos membros da Mesa e subscrita por mim, Maria de Fátima dos Santos Machado Silva, que a transcrevi e também, assino. -

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º Secretário: _____

A funcionária: _____